

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

Relatório Anual de Informações 2015

FIBRA Fundação Itaipu
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Brasil

Relatório Anual de Informações 2015

FIBRA
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação
Itaipu
Brasil

Mensagem da Diretoria

“O otimista é um tolo. O pessimista é um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso.” Ariano Suassuna.

Com essa frase, apresentamos o Relatório Anual de 2015, buscando escapar tanto do otimismo tolo quanto do pessimismo chato, e abordando questões sob a perspectiva do realismo esperançoso, que não vem do verbo esperar, mas sim do verbo esperarar, que exige levantar-se, ir atrás, construir e não desistir, como ensinava Paulo Freire.

Motivos para pessimismo não faltaram em 2015: inflação elevada ultrapassando dois dígitos; queda do PIB e desemprego, indicando recessão em nosso país; enfraquecimento da economia chinesa, afetando o preço das *commodities*; elevação do dólar; instabilidade política tanto no Brasil quanto no mundo; terrorismo; crise da imigração na Europa, entre muitos outros fatores.

Os motivos para otimismo não foram muitos, mas existem: vivemos em uma das maiores democracias do Ocidente, nossas instituições têm demonstrado resiliência, vivemos no pleno exercício da liberdade, setores do agronegócio vêm demonstrando grande competitividade e a depreciação de ativos pode indicar oportunidades de compra. Na Fibra, possuímos sólida estrutura de governança, colegiados com composição paritária que atuam de forma independente e harmônica, equipe técnica capacitada e comprometida e que goza da confiança dos participantes e da patrocinadora.

Entretanto, é fato que nossos desafios são crescentes. A elevação da inflação aumentou a meta atuarial de 2015 para quase 17%. A queda da atividade econômica afeta fortemente o resultado das empresas brasileiras, com reflexo negativo nas bolsas de valores e em outros segmentos de

mercado. O passivo atuarial continua crescendo a taxas elevadas, fruto do aumento da longevidade e dos ganhos reais acima da inflação, que corrigiram tanto os salários dos empregados ativos quanto dos aposentados. A conjugação de passivos crescentes e a instabilidade financeira colocaram a Fibra em condição deficitária de 5,2% de suas provisões matemáticas, ainda dentro do limite normativo de 9,9%, mas indicando um ponto de atenção quanto aos rumos a serem tomados para assegurar a sustentabilidade do Plano a longo prazo.

Importante destacar que não estamos apenas assistindo e esperando neste momento de crise, estamos “esperançando”, agindo dentro da realidade existente para construir nosso futuro. Como forma de diminuir os efeitos da crise sobre o patrimônio da Fibra, reduzimos significativamente nossa exposição em investimentos de risco, alocando-os especialmente em títulos federais de longo prazo, indexados à inflação. Também elevamos a alocação em investimentos no exterior, buscando diversificar e diminuir os riscos de nossos investimentos.

Para equacionar a elevação do passivo atuarial, alcançamos importante avanço em dezembro de 2015, com a autorização do Conselho de Administração da patrocinadora Itaipu, para levar adiante o projeto de saldamento do Plano vigente, da modalidade de Benefício Definido, com a consequente criação de um novo Plano de Benefícios, da modalidade de Contribuição Definida, cujos parâmetros e contornos já vêm sendo objeto de discussão com os participantes e entidades sindicais há alguns anos, e agora terá um encaminhamento definitivo.

Enfim, fugindo do otimismo tolo e do pessimismo chato, estamos agindo com plena consciência dos desafios que a realidade atual nos impõe, atuando com proatividade para superá-los, certos de que, com a sinceridade e harmonia de propósitos, com elevados padrões éticos e técnicos e com a união de participantes e patrocinadora, alcançaremos nossos objetivos.



Síntese dos Resultados

Os resultados da Fibra estão detalhados neste relatório, mas aqui apresentamos apenas a síntese dos principais números:

- Em 2015, a Fibra pagou R\$ 185,8 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de resgates) e recebeu R\$ 87,8 milhões em contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores.
- A Fibra encerrou o exercício com 1.667 assistidos e 1.384 participantes ativos, sendo o terceiro ano consecutivo em que a quantidade de assistidos ultrapassou a quantidade de ativos.
- O passivo atuarial da Fibra cresceu 16,09%, de R\$ 2,82 bilhões para R\$ 3,28 bilhões.
- O patrimônio líquido da Fibra cresceu 9,94%, de R\$ 2,69 bilhões para R\$ 2,97 bilhões.
- A Fibra encerrou o exercício com um *deficit* ajustado de R\$ 170,2 milhões, considerando-se nesse número o *deficit* contábil de R\$ 308 milhões e o ajuste positivo de precificação dos títulos federais de R\$ 137,8 milhões.
- As rentabilidades da Fibra em 2015 foram de +13,48% (pelo sistema de cotas) e de 13,78% (método de taxa interna de retorno), inferiores à meta atuarial de +16,96%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos no exterior (+48,56%), empréstimos (+20,03%) e renda fixa (+16,84%). Os resultados inferiores às necessidades atuariais estiveram localizados nos segmentos de investimentos em imóveis (+2,52%), estruturados (-11,38%) e renda variável (-11,66%).
- Os fatores mais relevantes que contribuíram positivamente para o resultado do ano foram a mudança da taxa atuarial de 5,68% para 5,76% (R\$ 38,7 milhões) e a reprecificação dos títulos federais (R\$ 137,8 milhões).
- Os principais fatores que contribuíram negativamente para o resultado do ano foram a elevação do passivo atuarial acima do previsto, decorrente da alteração na Hipótese de Composição Familiar – Família Média para os ativos e Família Real para os assistidos (R\$ 129,8 milhões), e a rentabilidade inferior à meta atuarial (R\$ 85,1 milhões).



Em comparação ao ano anterior, o passivo atuarial cresceu 16,09%, superior à variação do ativo líquido, que foi de 9,94%, conforme demonstrado na seguinte tabela:



RESERVAS	2014 R\$ Mil	2015 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Reserva matemática (passivo atuarial)¹	2.822.183	3.276.199	454.016	16,09
Reserva de benefícios concedidos	1.963.628	2.333.590	369.962	18,84
Reserva de benefícios a conceder	905.389	990.741	85.352	9,43
Reserva a amortizar	-46.834	-48.132	-1.298	2,77
Reserva técnica (ativo líquido)²	2.699.746	2.968.181	268.435	9,94
Resultado acumulado³	-122.437	-308.018	-185.581	151,57
Ajuste de precificação⁴	124.590	137.765	13.175	10,57
Equilíbrio técnico ajustado	2.153	-170.253	-172.406	-8.007,71

1. Passivo atuarial (denominado reserva matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.
2. Ativo líquido (denominado reserva técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos do passivo atuarial, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.

3. Resultado acumulado: representa o resultado da diferença entre a evolução do ativo líquido e do passivo atuarial (se positivo, resulta em um *superavit*, se negativo, em *deficit*).
4. Ajuste dos títulos públicos calculado, conforme Resolução CNPC nº 16/2014.

Ambiente Regulatório

Participação ativa da Fibra nos novos rumos

Nos últimos dois anos, foram obtidos importantes avanços no ambiente regulatório dos fundos de pensão brasileiros, refletidos com a edição pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar das Resoluções CNPC nº 15 (precificação de passivos), CNPC nº 16 (precificação de ativos) e CNPC nº 22 (regras de solvência).

A Fibra teve participação ativa na concepção, elaboração e aprovação dessas três normas, por meio de seu diretor superintendente Silvio Rangel Silveira, que coordenou a Comissão Técnica *Ad Hoc* de Precificação e Solvência, criada pela Abrapp, incumbida da elaboração de propostas que foram discutidas com diferentes instâncias profissionais e do governo.

Essas três normas têm em comum um conceito básico: o da equidade, de tratamento igual de entidades iguais, e diferente de entidades diferentes, utilizando o prazo médio do fluxo de pagamento de benefícios como elemento diferenciador, tanto para estabelecimento de parâmetros de precificação de ativos e passivos quanto para fixação de limites e prazos de equacionamento de *deficit* ou destinação de *superavit*.

Gestão Estratégica

Governança corporativa

A governança da Fibra envolve quatro colegiados, a saber: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos, que atuam com independência e harmonia, assegurando a adequada gestão da entidade. Em abril de 2015, em observância ao seu Estatuto, houve a renovação parcial desses colegiados, com a posse de membros eleitos pelos participantes ativos e assistidos e indicados pela patrocinadora Itaipu para o Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos, além da recondução da Diretoria Executiva. Os novos empossados assumiram seus cargos para um mandato de três anos – até 31 de março de 2018.

Além dessa estrutura, a Fibra conta com uma equipe técnica de 36 empregados, distribuídos em sete gerências.

Capacitação e certificação de dirigentes

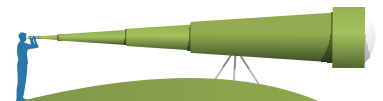
A capacitação de integrantes dos colegiados, além de dirigentes e técnicos, faz parte da política de aperfeiçoamento contínuo no processo de gestão da Fibra. Em 2015, a Fundação promoveu o curso de Certificação Profissional da ANBIMA – CPA 10, além de outros que visavam à preparação de seus conselheiros para o Instituto de Certificação de Profissionais de Seguridade Social (ICSS). O resultado foi a certificação de seis conselheiros, o que atingiu 100% dos membros do Conselho Deliberativo; 83,33% do Comitê de Investimentos e 50% do Conselho Fiscal. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva e a equipe da Gerência Financeira estão certificadas. Para 2016, o objetivo é que os integrantes de todos os colegiados estejam devidamente certificados.

Planejamento estratégico e gestão de riscos

A partir das mudanças na legislação, do cenário econômico cada vez mais desafiador e seguindo a prática adotada desde 2000, a Fibra realizou, em 2015, um novo ciclo do seu planejamento estratégico para estabelecer ações e projetos que garantam sua sustentabilidade. Para tanto, a diretoria executiva e o corpo gerencial realizaram uma série de reuniões, a fim de alinhar medidas adequadas aos desafios futuros, como as mudanças da legislação, redução da taxa de juros atuarial, manutenção do Plano atual de benefícios, estudos para criação de novo Plano, entre outros. Desses encontros, ficou acordada a necessidade de revisão no direcionamento e objetivos estratégicos da Fibra, além das intervenções pontuais que serão implementadas em 2016.

A gestão de riscos, por sua vez, é um processo sistemático que visa identificar, classificar e avaliar os fatores de risco passíveis de impedir o alcance dos objetivos estratégicos da Fibra, além de administrá-los [os riscos] a partir da implantação de controles capazes de mitigar seus efeitos, mantendo-os em níveis aceitáveis que possam garantir o razoável cumprimento desses objetivos.

Desde 2005, a Fibra realiza anualmente uma “avaliação de riscos e controles internos”. Em 2015, em sua 10ª etapa, optou-se pela adoção e inclusão de novos planos, com o intento de reformular e aprimorar o sistema vigente. Ficou definido, ainda, que será implantada uma metodologia de verificação de controles já existentes.



Fiscalização e auditorias

No exercício, a Fibra foi submetida à auditoria da patrocinadora Itaipu Binacional e duas auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), uma externa e outra interna. Em relação à patrocinadora, as recomendações apresentadas no relatório final foram devidamente respondidas e todas estão sendo observadas.

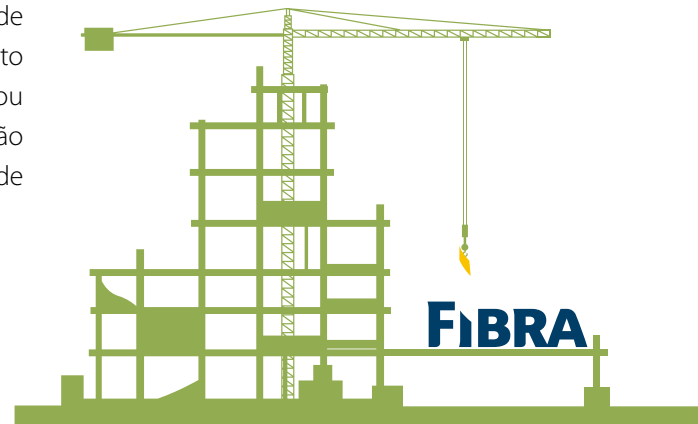
As auditorias do SGQ visam à manutenção da certificação da Norma ISO 9001:2008 e à melhoria contínua de nossos processos. No caso da auditoria interna, os auditores responsáveis pela apuração de resultados são os próprios empregados da Fibra, devidamente treinados e capacitados para esse fim. A auditoria externa, realizada pela certificadora *Bureau Veritas Certification* (BVC), não apontou qualquer inconformidade, sugerindo, portanto, sua recertificação.

Projeto Fibra do futuro

Com o pensamento voltado para o futuro da gestão da Fibra, desde o final de 2014 vem sendo implementado um projeto denominado “Fibra do Futuro”, com o objetivo de assegurar a continuidade das atividades da Fundação, a adequada transferência de conhecimento e a preparação dos profissionais que poderão assumir a gestão futuramente, quando os atuais se aposentarem. Com foco em uma abordagem de desenvolvimento organizacional, o projeto engloba as perspectivas de pessoas, de processos e de infraestrutura, com o objetivo de preparar a estrutura para enfrentar os desafios que vierem, com segurança, ética e transparência.

Projeto de saldamento do Plano vigente e criação de novo Plano de Benefícios

O Conselho de Administração da Itaipu, na reunião de dezembro de 2015, discutiu a sustentabilidade do atual Plano Benefício Definido (BD) das fundações de previdência das duas margens e, com isso, ratificou a necessidade de saldamento dos planos BD e a criação de novos planos de benefícios. O conselho determinou que a diretoria da Itaipu tomasse as medidas cabíveis (dentre outras, a contratação de consultoria especializada) para a implantação dos saldamentos e criação de novos planos na modalidade Contribuição Definida (CD).



Aprofundamento da crise, cautela nos investimentos

Em 2015, as economias local e internacional viveram cenários antagônicos: nos Estados Unidos, o Federal Reserve, banco central norte-americano, deu início a um ciclo de alta nas taxas de juros para sinalizar aos investidores a sustentabilidade de crescimento da economia norte-americana, além de estimular o retorno do fluxo de capitais ao país, com reflexos no valor do dólar frente às demais moedas. Não obstante, o preço do petróleo no mercado internacional teve uma queda de 44,03%, com reflexos nos resultados das companhias de petróleo, na cadeia de fornecedores e no crédito. Outra variável foi o desaquecimento da economia chinesa, que influenciou na queda dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil.

No Brasil, a inflação protagonizou aceleração relevante de 10,67% (IPCA), tanto pelo lado dos preços administrados quanto pelo aumento dos preços livres. Para combatê-la, o Comitê de Política Monetária (Copom) subiu a taxa básica de juros (Selic) de 11,75% para 14,25%, o que resultou em novas aberturas de prêmios dos títulos públicos. Apenas como ilustração, a NTN-B com vencimento em 2019, que no início de 2015 era negociada a IPCA+6,17%a.a., chegou a ser negociada a IPCA+7,92%a.a., em setembro.

As revisões do PIB para baixo ao longo do exercício, associadas às dúvidas sobre o crescimento da economia brasileira para os próximos anos, somadas as dificuldades do governo em implementar as medidas fiscais necessárias para a retomada do crescimento e o agravamento da crise política, contribuíram sobremaneira para o rebaixamento do grau de investimento do Brasil pelas agências de classificação de risco Fitch e S&P. O CDS (*credit default swap*) brasileiro, que mede a percepção do risco soberano para investir no país, cresceu de 200 para 494 no ano. Uma clara percepção que os investidores estão mais cautelosos.

Diante desse cenário adverso, ainda que o ano de 2015 não tenha sido o pior desempenho da Bolsa de Valores nos últimos cinco anos, o Ibovespa demonstrou uma trajetória de correção do valor dos ativos brasileiros. Com isso, ao encerrar o exercício com 43.349 pontos, o Ibovespa apresentou contração de 36,80% em relação ao fechamento de 2009.

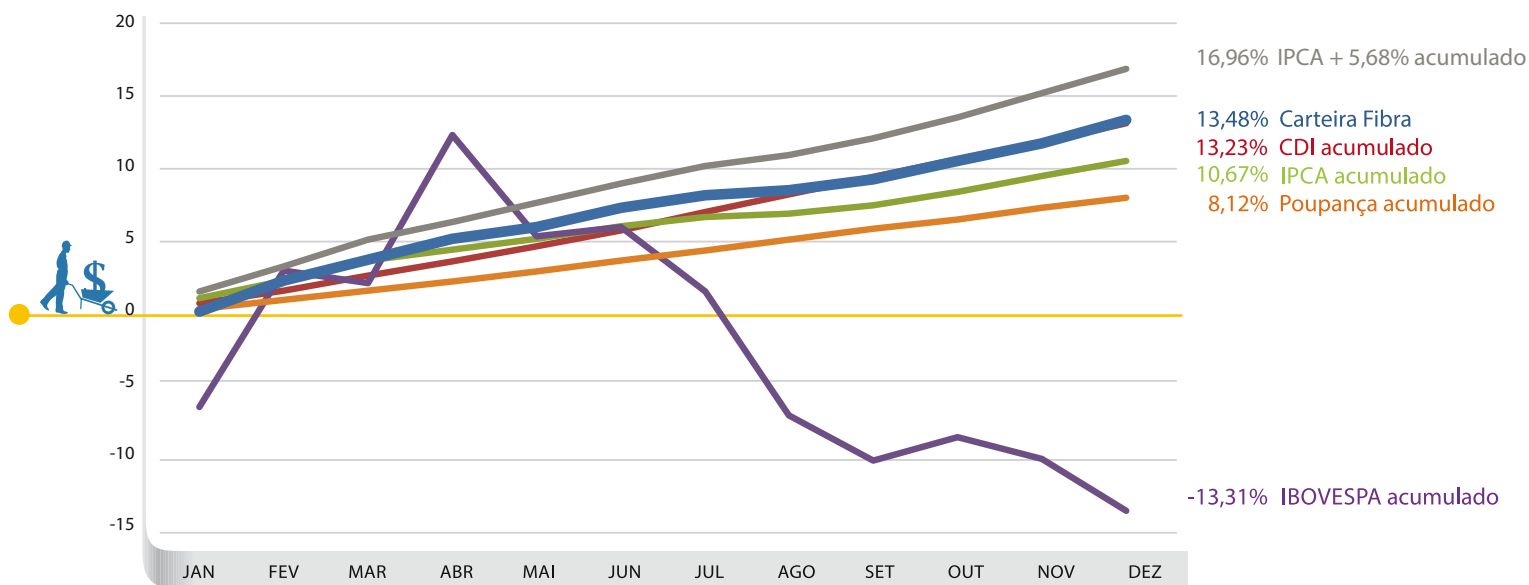


Rentabilidade geral dos investimentos

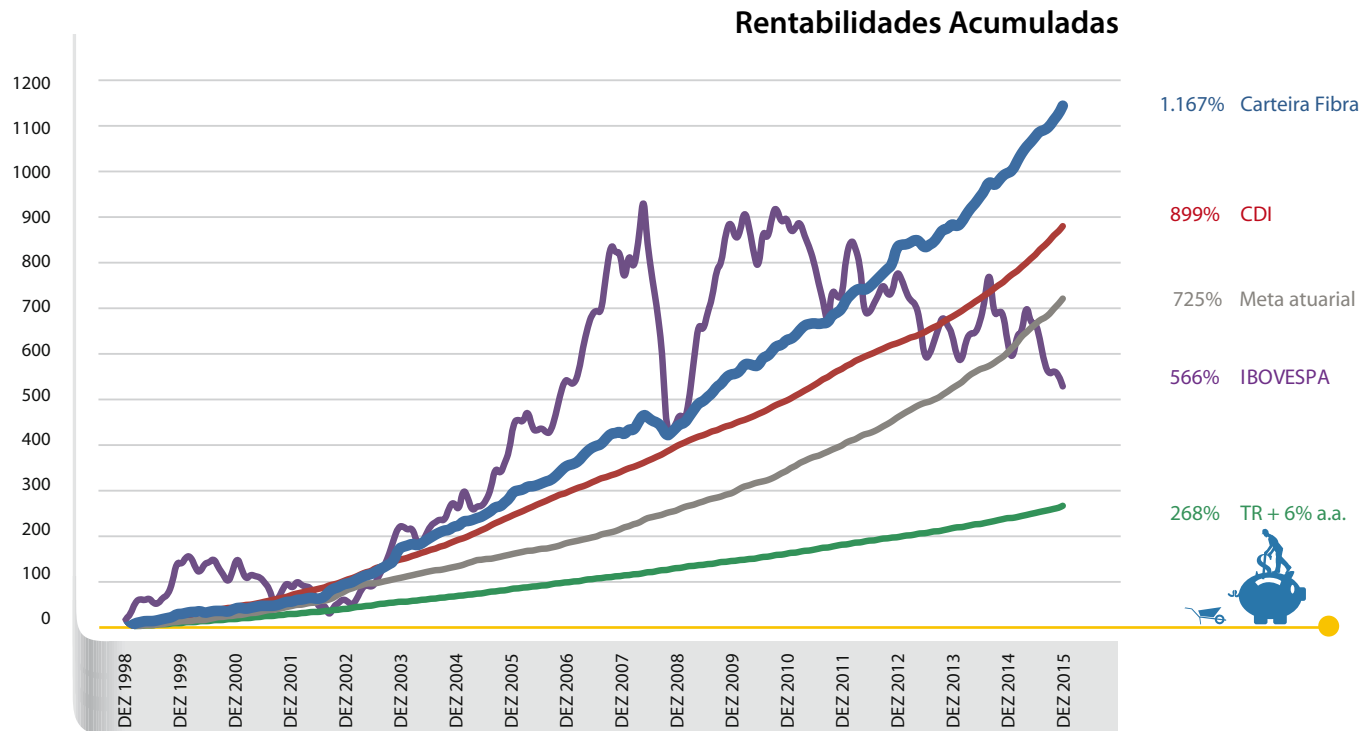
Em 2015, a rentabilidade obtida pela Fibra foi de 13,48%. Ainda que esse percentual seja o segundo mais alto nos últimos cinco anos, superado apenas pelo exercício de 2012, esteve aquém da meta atuarial prevista de 16,96%. Contribuiu para esse cenário o fato de a inflação ter pressionado os prêmios dos títulos, reduzindo a disponibilidade de produtos de investimentos capazes de obter melhor desempenho. O resultado levou em conta também a expressiva queda do Ibovespa, que registrou -13,31%, com reflexos na queda dos índices de confiança de investidores e empresários ante as perspectivas para a economia brasileira.

Comparativamente aos principais indicadores do mercado, a Carteira da Fibra apresentou resultado superior.

Rentabilidades Acumuladas



O gráfico de resultado da Fibra a longo prazo demonstra que, mesmo em se tratando de um ano complexo, marcado pela inflação elevada e incertezas no campo econômico e político, a gestão ativa dos investimentos garantiu desempenho superior aos principais indicadores. Ante um cenário desafiador, a alocação dos investimentos foi a mais conservadora dos últimos anos.



Política de investimentos

As revisões das políticas de investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2015. Considerando as projeções para o cenário macroeconômico e as sugestões de alocação contidas no estudo de ALM¹ (*Asset Liability Management*), a Fibra promoveu mudanças na sua Política de Investimentos ao definir novos limites de exposição para cada segmento, em consonância com as projeções de cenário macroeconômico previstos para 2016.

As novas políticas de investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram publicadas integralmente na página da Fundação na internet.

¹ Asset Liability Management (ALM) para fundos de pensão, especificamente em planos de benefício definido, é o estudo estocástico utilizado para se obter racionalidade sobre a decisão de alocação dos ativos do fundo.

Estratégia de investimentos

Diante das incertezas do cenário macroeconômico, a Fibra estabeleceu estratégias de investimentos conservadoras, porém ativas. O objetivo dessas medidas foi minimizar seus riscos e proteger os ativos da pressão inflacionária. Visava ainda garantir uma remuneração compatível com os compromissos assumidos junto aos participantes, além de permitir a busca por oportunidades oferecidas nos momentos de volatilidade. Dentre as ações implementadas, destacamos:

- Aquisições de títulos públicos federais na curva de aquisição, com prêmios acima da meta atuarial.
- Vendas de títulos públicos de curto prazo, marcadas a mercado, para reduzir a volatilidade e garantir liquidez para compras em momentos de volatilidade no mercado.
- Manutenção de parcela relevante em caixa, garantindo liquidez para novas aquisições de títulos públicos ou outros ativos/estratégias.
- Redução da exposição de crédito da parcela de recursos mantidos em caixa, com realocação em LFT indexada à taxa Selic.
- Redução significativa da carteira de renda variável (mais de R\$ 250 milhões), migrando os recursos para renda fixa com taxas acima da meta atuarial.
- Aumento da parcela de investimentos no exterior, procurando descorrelacionar parte da carteira com o mercado de capitais local e obtendo ganhos adicionais com a valorização do dólar frente ao real.
- Implementação de ferramenta de auxílio na gestão da alocação de investimentos com o objetivo de acompanhar a evolução de desempenho dos ativos.

A adoção dessas políticas conservadoras de investimentos pode ser traduzida em dois tópicos pontuais: o momento pelo qual passa a economia brasileira e a maturidade do Plano Previdencial. Esses aspectos exigem avaliação cuidadosa da exposição aos riscos e, ao mesmo tempo, ativismo na revisão das estratégias, de forma a garantir a alocação mais adequada às características de investimentos da Fibra.

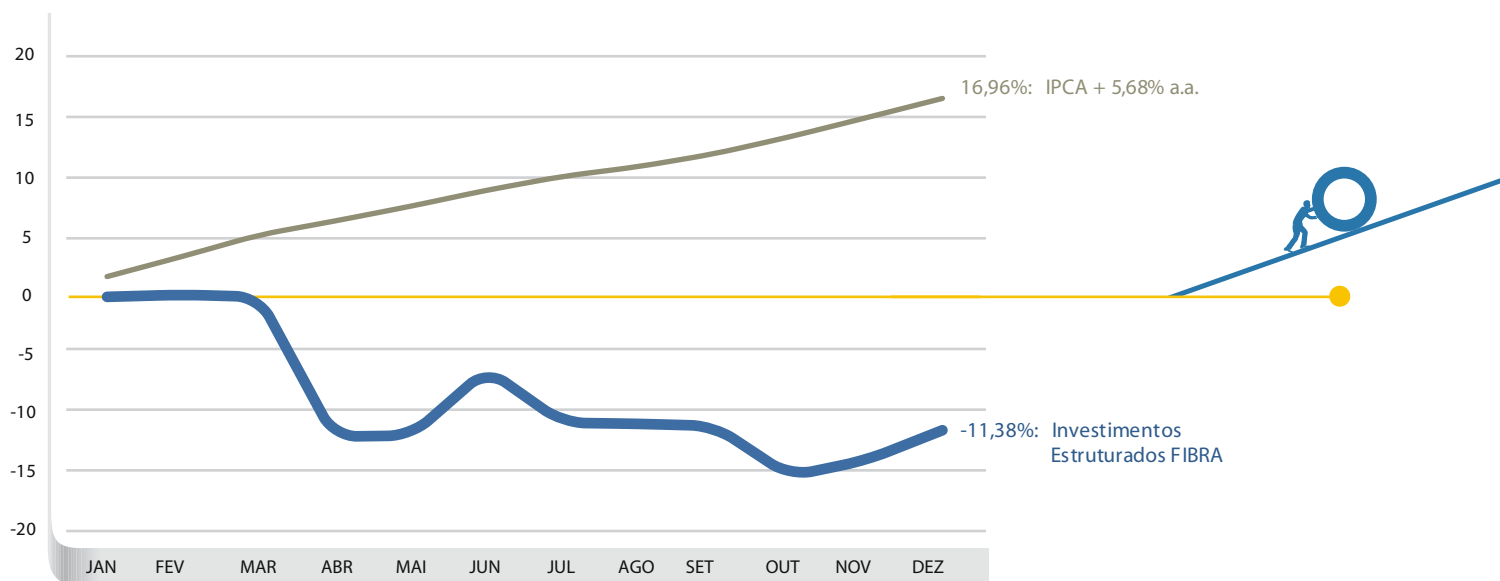
Rendimentos obtidos em estruturados

O desaquecimento da economia afetou o desempenho dos Fundos de Investimento em Participações (FIP), uma espécie de condomínios fechados que investem na economia real por meio da participação em empresas. O agravamento da crise contaminou diversos setores, a partir da desaceleração de programas de investimento, do aumento dos pedidos de recuperação judicial e pela remarcação do valor dos ativos, para baixo, nas carteiras de investimentos.

A Fibra, por meio de 11 FIP's, investe em setores como açúcar e álcool, óleo e gás, portos, shoppings, energia renovável, entre outros. Alguns desses fundos enfrentam dificuldades por questões relacionadas a mudanças regulatórias e crise no setor energético, à crise hídrica, aos problemas com fornecedores, a atrasos na execução de obras, à influência do câmbio no endividamento das companhias, à queda no preço do petróleo, entre outros. Dessa forma, a carteira obteve desempenho de -11,38%, abaixo do seu *benchmark* (Ibovespa+3,5%), que registrou -10,28%, e da meta atuarial, impactada pela forte subida do IPCA, que atingiu 16,96%.

A simples comparação da performance da carteira de estruturados (que investe em companhias de capital fechado) com o Ibovespa, principal índice de ações do Brasil, que registrou -13,31%, em 2015, demonstra o impacto da desaceleração da economia no setor empresarial brasileiro como um todo.

Investimentos Estruturados



Rendimentos obtidos em renda variável

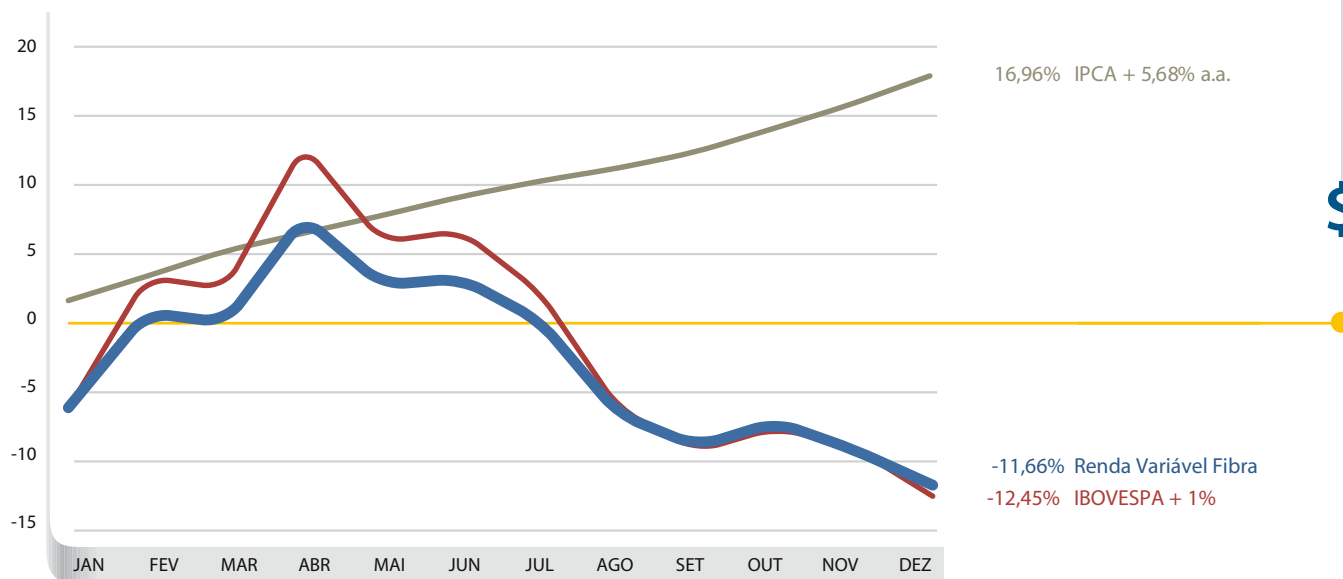
A carteira de renda variável obteve, em 2015, rentabilidade de -11,66% contra -12,45% do *benchmark* (Ibovespa+1%). Ainda que o resultado não tenha sido positivo, foi superior aos principais indicadores da bolsa – Ibovespa, com -13,31%; IBrX 100, com -12,41%; IBrX 50, com -13,09%. Vale reiterar que a queda do Ibovespa em 2015 foi tão significativa que, ao encerrar o exercício, seu índice havia retornado aos níveis de 2009.

A Fibra, que iniciou o ano com exposição de 15,14% do total dos investimentos em renda variável, executou um plano de reestruturação da carteira logo nos primeiros meses, a fim de atender à política de investimentos e às sugestões de alocação previstas no estudo de ALM (*Asset Liability Management*). Isso possibilitou aproveitar o bom momento da bolsa, que no mês de abril registrava performance positiva de 12,44%. Com as sucessivas quedas dos indicadores econômicos ao longo do ano, a Fibra reduziu sua exposição em renda variável de maneira significativa. Ao final do exercício, a carteira de renda variável representava 4,62% do total dos investimentos, o menor nível de alocação de sua história.

Tais resgates propiciaram maior eficiência na alocação desses recursos em operações de renda fixa, que resultou em proteção da ordem de R\$ 23,8 milhões e ganhos de R\$ 25,3 milhões para a Fibra. A carteira fechou o ano composta por fundos ilíquidos, cujo resgate só é possível na liquidação dos ativos e estratégias líquidas indexadas ao Ibovespa, de forma a aproveitar eventuais momentos de retomada da bolsa.



Renda Variável

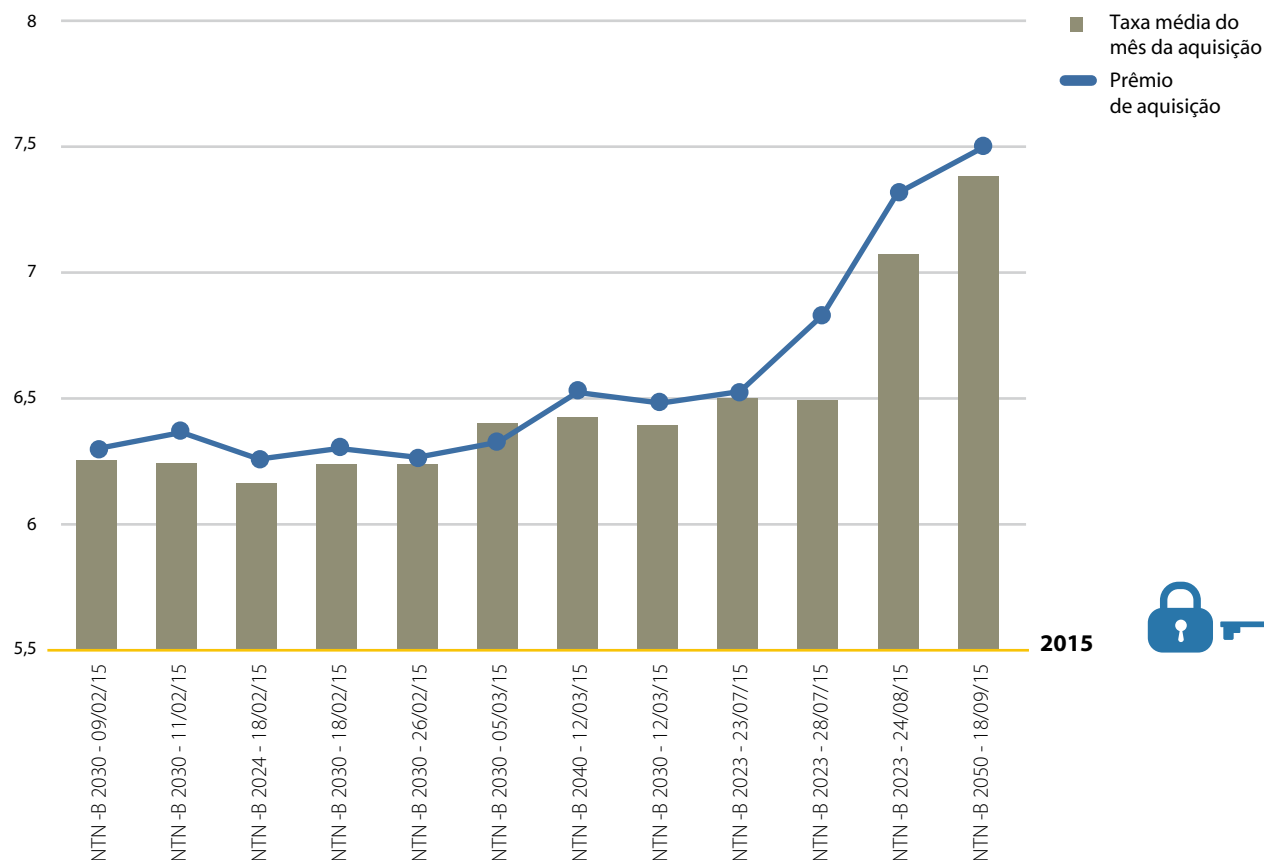


Rendimentos obtidos em renda fixa

A carteira de renda fixa da Fibra obteve rentabilidade de 16,84% contra 16,96% da meta atuarial (IPCA+5,68%a.a.). Se considerada a renda fixa marcada a mercado, o desempenho foi de 7,44%, resultante da subida da inflação e da volatilidade nos prêmios dos títulos públicos federais, taxa essa superior ao *benchmark* de renda fixa (IMA composto), que acumulou 7,07% no exercício.

Em 2015, assim como já havia ocorrido em 2014, a taxa Selic registrou novas altas na esteira das medidas adotadas pelo Banco Central para o combate à inflação, que refletiu em volatilidade nos prêmios dos títulos públicos federais. Dentre os principais movimentos registrados na carteira de renda fixa, a Fibra adquiriu R\$ 304,7 milhões em títulos públicos federais de médio e longo prazo, marcados na curva de aquisição para atender às sugestões do estudo de ALM. Além disso, realizou operações de venda de aproximadamente R\$ 159,6 milhões de títulos públicos, marcados a mercado e que traziam volatilidade à carteira, impactando na rentabilidade.

O ativismo na gestão dos títulos públicos federais pode ser traduzido pelo gráfico a seguir, que compara os prêmios das aquisições realizadas pela Fibra com os valores praticados no mercado à época das operações:



À medida que crescia a percepção do risco país, fomentado pela deterioração dos cenários políticos e econômicos, o mercado de crédito privado foi impactado pelo encarecimento do crédito (efeito colateral da elevação da Selic) e o consequente aumento dos riscos em suas operações. Assim, em 2015, a Fibra não realizou novas operações de crédito privado.

Por outro lado, manteve em nível relativamente elevado os recursos de caixa. Foi a fórmula encontrada para aproveitar as oportunidades em momentos de volatilidade, na aquisição de títulos públicos federais com prêmios acima da meta atuarial. Além disso, a alocação desses recursos ficou mais eficiente, com redução significativa da exposição em crédito e alocação em LFT, indexadas à Selic.

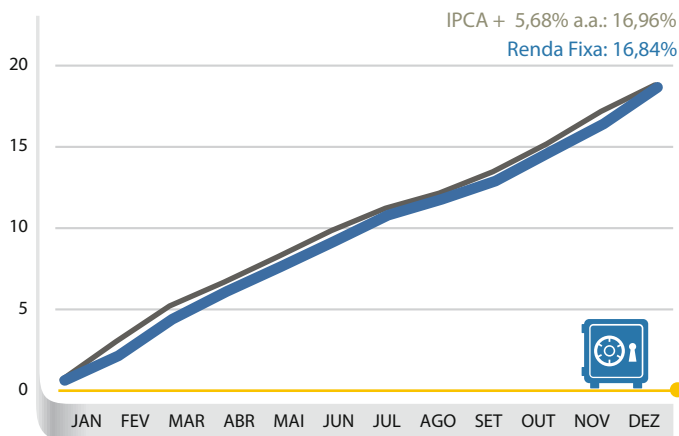
Ainda que, em 2015, nenhum título público federal tenha conseguido superar a meta atuarial de IPCA+5,68%a.a., a carteira de renda fixa da Fibra, com postura ativa e avaliação criteriosa de riscos associados, obteve performance superior a 127% do CDI no ano.

Rendimentos obtidos em investimentos no exterior

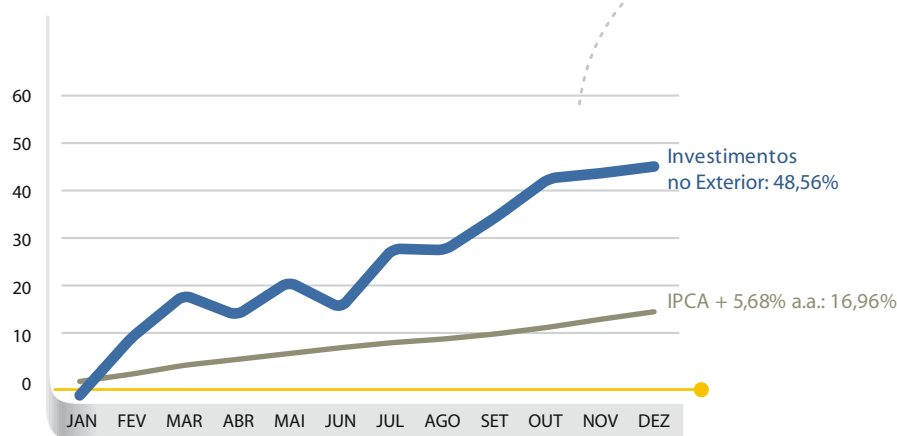
A rentabilidade da carteira de investimentos no exterior atingiu 48,56% em 2015, índice superior à meta atuarial de 16,96%. Tal qual se sucedeu no ano anterior, a alta do dólar foi responsável por grande parte desse resultado, com valorização de 47% frente ao real. Em março, a Fibra realizou seu primeiro desinvestimento parcial, a fim de aproveitar a apreciação da moeda norte-americana naquele momento.

Importante salientar que, no exercício, a Fibra quase dobrou sua participação em fundos de investimento no exterior. Em janeiro, a carteira tinha uma participação de 1% do seu patrimônio e, em dezembro, representava 1,91% do patrimônio investido. As novas aplicações foram recursos originados da carteira de renda fixa, que acumulavam rentabilidade de 10,04%.

Renda Fixa



Investimento no Exterior

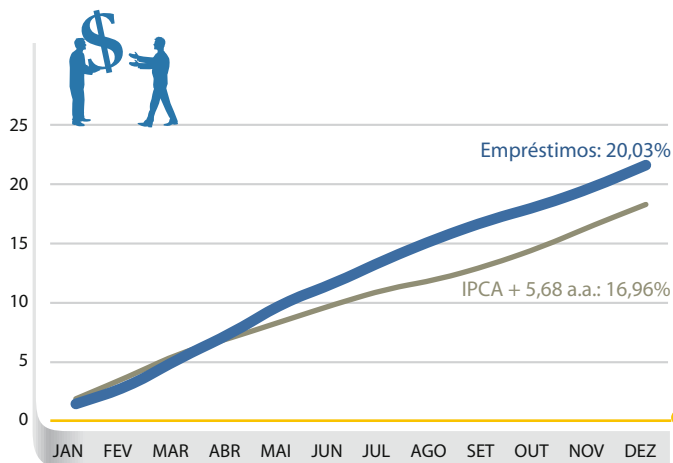


Rendimentos obtidos em operações de empréstimos

A rentabilidade da carteira de empréstimos registrou 20,03% de rentabilidade, acima da meta atuarial de 16,96%. Com um montante de R\$ 75,3 milhões, representa 2,62% da carteira de investimentos da Fibra.

Em 2015, foram concedidos 1.287 empréstimos entre as modalidades Plus e Tradicional, que totalizou o montante financeiro da ordem de R\$ 23,5 milhões. Em relação a 2014, a redução foi de 5,11%. Essa subtração, tanto quantitativa como em volume de recursos emprestados, se deveu à aceleração da inflação, que torna o custo do empréstimo maior (ver Fibra Notícias nº 208, de junho/2015, e nº 210, de setembro/2015), reduzindo, consequentemente, o volume de amortização.

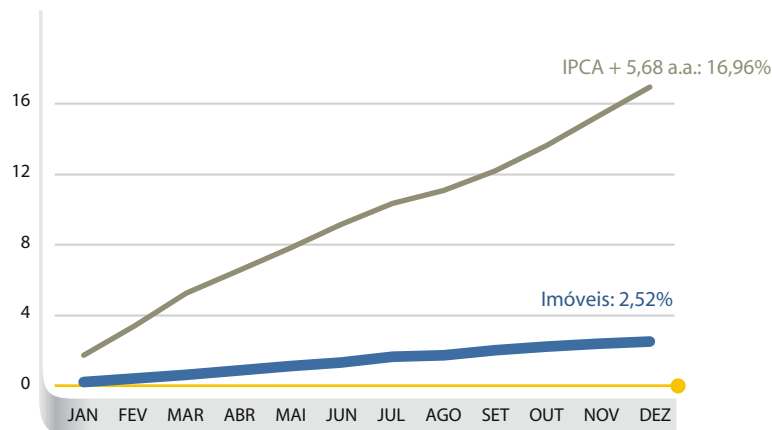
Empréstimos



Rendimentos obtidos em imóveis

A carteira de imóveis obteve rentabilidade de 2,52%, abaixo da meta atuarial de 16,96%. Tal rendimento não considerou uma eventual apreciação imobiliária, mas apenas a receita com aluguéis. De acordo com as exigências legais, a reavaliação imobiliária deve ser feita em um prazo de até três anos. A Fibra cumpriu com esse requisito em dezembro de 2014. O que se constata, no momento, é uma retração no mercado imobiliário, com o aumento da vacância de salas e/ou conjuntos nos edifícios corporativos.

Imóveis



PASSIVO

Plano de benefícios

Na última década, o Plano de Benefícios da Fibra atingiu seu estágio de maturidade. O principal referencial para explicar esse novo estágio é o aumento constante do passivo nesse mesmo período, em face do crescimento acelerado do número de participantes assistidos que, hoje, é 19,34% superior aos ativos.

Alguns fatores contribuíram para essa situação, entre eles, os ganhos reais acima da inflação repassados aos salários e benefícios e o crescimento da expectativa de vida da população. Com isso, fez-se necessário efetuar alguns ajustes nas premissas da avaliação atuarial, tais como, alteração de hipóteses, melhorias no sistema de cálculo do passivo, introdução da modalidade de joias, entre outras. Todas essas medidas visavam proteger o Plano ao longo dos anos.

A seguir, estão demonstradas as duas principais hipóteses que, ao longo dos anos, têm influenciado no resultado do passivo atuarial da Fibra.

Taxa de juros atuarial

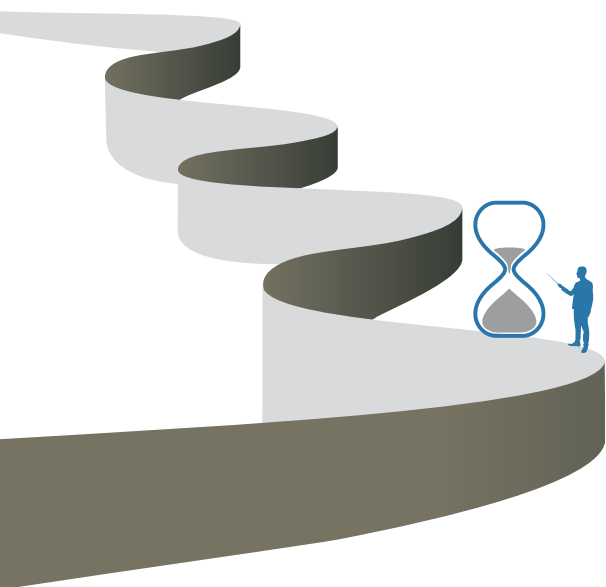
A taxa de juros atuarial representa o desconto utilizado para o cálculo das provisões matemáticas e obtenção do valor presente dos fluxos de receitas e despesas projetadas. No exercício de 2015, a taxa de desconto foi elevada de 5,68% para 5,76% a.a., baseada em estudo técnico de aderência e adequação da taxa real de juros elaborado por consultoria externa, com o aval do consultor atuarial, conforme prevê a legislação (Instrução Previc nº 23/2015).

A evolução da taxa de juros atuarial, desde a criação do Plano, foi de 6% para 5,76% a.a. Essa medida gerou um acréscimo no passivo da Fibra de R\$ 110 milhões, calculado em dezembro de 2015, conforme quadro:

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS						Impacto total no Passivo (R\$ mil)
Período (%)	1988/ 2009	2010/ 2011	2012/ 2013	2014	2015	110.314
	6,00	5,75	5,50	5,68	5,76	

Obs.: o impacto demonstrado:

- a) considera os efeitos de mudança da hipótese da taxa de juros sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais;
- b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo;
- c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.



Tábua de sobrevivência (expectativa de vida)

Outro fator que contribuiu no impacto total relativo à evolução da longevidade dos participantes do Plano foi a hipótese da Composição de Família de Pensionistas. Seu pressuposto refere-se à geração de pensão em caso de falecimento de participante ativo ou aposentado, que estima a expectativa de vida dos futuros pensionistas (beneficiários atuais), ou seja, o período de pagamento dos benefícios de pensão.

Em cumprimento à Instrução Previc nº 23/2015, que prevê a exigência dos testes de aderência para todas as hipóteses, a Fibra reviu seus conceitos na avaliação atuarial do exercício com a adequação da expectativa de vida dos futuros pensionistas à massa de participantes. Essa medida influenciou diretamente no aumento do passivo atuarial do Plano em, aproximadamente, R\$ 130 milhões. Essa hipótese não era revista desde a criação do Plano. Nesse período, as hipóteses consideradas pela Fibra foram consoantes às experiências de outras fundações do setor elétrico da região Sul do Brasil.

Vale ressaltar que, a partir de 1988, houve um aumento paulatino da expectativa de vida dos participantes e beneficiários da Fibra. À época, considerando a idade de 55 anos, o período previsto para pagamento de benefícios foi de 19,7 anos. A partir de 2013, o tempo estimado de pagamento cresceu para 30 anos. Essa nova disposição provocou uma elevação no passivo atuarial de cerca de R\$ 702 milhões. Esse montante engloba, inclusive, o impacto da Composição de Família de Pensionistas, conforme demonstrado no quadro:

Ano de Mudança da hipóteses	Mudança Praticada			Expectativa de vida média aos 55 anos
	Mortalidade Geral	Entrada em Invalidez	Mortalidade de Inválidos	
1988	CSO 58 Masc.	Light Forte	IAPB 55	19,7
2000	AT 49 Masc.	Light Média	IAPB 55	22,2
2003	AT 83 Masc.	Light Média	(IAPB 55 +AT 49)/2	27,0
2005	AT 2000 Masc.	Light Média	AT 83 Masc.	27,9
2009	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Média	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2010	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2013	AT 2000 (Desag. 20%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	30,0
Total Aproximado			702.369 (R\$ mil)	



* Impacto sobre a Avaliação de Dez/15. Mudança somente da hipótese das Tábuas Biométricas.

Obs.: o impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança de hipótese das tábuas biométricas sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.

Ganho real concedido aos empregados e aos assistidos

Apesar de não ser uma hipótese atuarial, o ganho real tem impacto significativo no valor do passivo do Plano. Embora não tenha refletido nos salários e benefícios em 2015, no período de 2006 a 2014, a patrocinadora concedeu um ganho real acumulado de 8,92% acima da inflação. Esse reajuste impactou tanto no aumento da reserva de benefícios a conceder (ativos) quanto na reserva de benefícios concedidos (assistidos). A concessão desses ganhos reais na tabela salarial ocasionou um impacto estimado no passivo de R\$ 378 milhões (base dez/2015), conforme a seguir:

Período	2006 - 2015		
Ganho Real Acumulado¹	8,92%		
Descrição	Impacto Passado	Impacto Futuro (Reserva Matemática)	Impacto TOTAL (R\$ mil)
Impacto nos Benefícios a Conceder	0	121.795	121.795
Impacto nos Benefícios Concedidos	48.604	208.133	256.737
TOTAL Acumulado (R\$ mil)	48.604	329.928	378.532

¹ Ganhos reais no período: 2006 = 0,5452%; 2007 = 1%; 2008 = 1%; 2009 = 1%; 2010 = 1%; 2012 = 1,25%; 2013 = 1,4%; 2014 = 1,4%.

Obs.: o impacto demonstrado: a) considera os efeitos do ganho real sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses vigentes; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos; d) considera o valor do efeito passado de R\$ 48.604 (ganhos reais já concedidos), que contemplou o efeito real histórico atualizado com a meta atuarial (IPCA+5,76% de juros atuariais).

Elevação do passivo (reservas atuariais) ao longo dos anos

A evolução dos impactos apresentados nos quadros anteriores demonstra que, ao longo dos últimos anos, a Fibra tem procurado proteger o equilíbrio do Plano a fim de cumprir seus compromissos com os participantes e a patrocinadora. Essa dinâmica envolve ainda revisões efetuadas nas alíquotas de contribuição e a rentabilidade alcançada no período. O quadro a seguir demonstra o resumo dos principais fatores responsáveis pelo aumento no passivo do Plano ao longo dos últimos anos:

Impactos em R\$ mil	
Taxa de Juros	110.314
Longevidade (exp. de vida)	702.369
Ganhos Reais	378.532
TOTAL	1.191.215



Principais impactos atuariais em 2015

A alteração de hipóteses atuariais em 2015 produziu impactos positivos e negativos no passivo do Plano de Benefícios. O quadro a seguir indica o reflexo de cada uma dessas alterações:

HIPÓTESES ATUARIAIS E IMPACTOS NO PASSIVO:

R\$ mil

(1) Redução decorrente do aumento da taxa real de juros de 5,68% para 5,76% a.a.	38.738
(2) Alteração na Hipótese de Composição Familiar (Família Média para os ativos e Família Real para os assistidos).	(129.829)
(3) Alteração na Hipótese de Fator de Capacidade dos benefícios de 97,58% para 97,37%.	6.869

(4) Impacto no passivo atuarial dos aumentos/reduções apresentados acima.

(84.222)

Observa-se que o maior impacto no passivo ocorreu em virtude da alteração da hipótese de composição familiar dos participantes, que era utilizada desde o início do Plano pelo consultor atuarial, pois tinha como base a experiência regional das elétricas da região Sul, com expectativa de vida da tábua CSO-58, sendo ajustada pela variação da tábua e da taxa de juros utilizada em cada avaliação atuarial anual. Porém, esse ajuste foi insuficiente para refletir a expectativa de sobrevida dos beneficiários em relação à tábua atual de expectativa de vida. Sendo assim, a alteração deu-se pela falta de aderência dessa hipótese em relação ao cadastro da Fibra, sendo revisada e recalculada para refletir adequadamente a expectativa de sobrevida dos beneficiários com base na tábua atual.

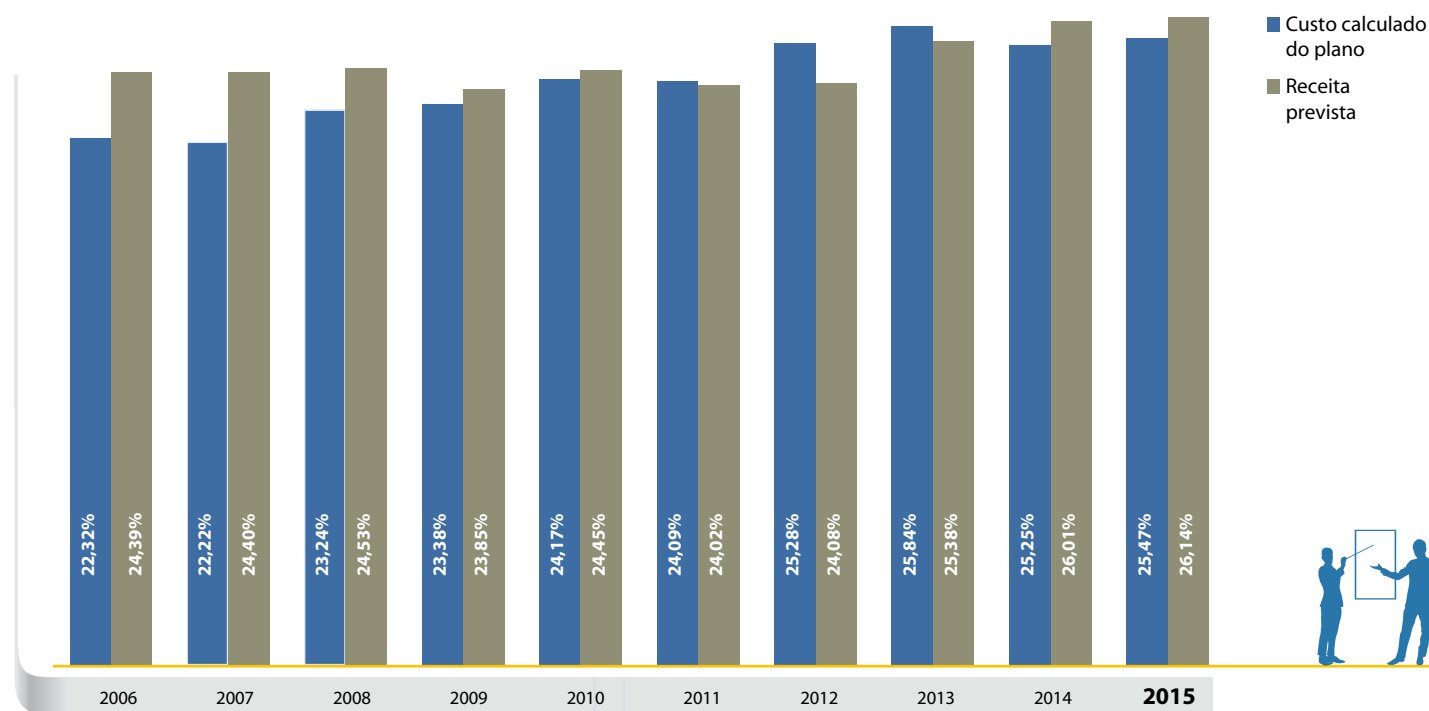
Dentre as hipóteses descritas, resta mencionar o Fator de Capacidade. Tal providência é utilizada para definir a capacidade de preservar, em anos futuros, o poder aquisitivo dos benefícios concedidos pelo Plano, a partir da estimativa de indicadores da inflação média anual.

Em 2015, essa hipótese foi alterada de 97,58% para 97,37%, adotando-se como projeção de inflação futura o índice de 4,92%, conforme estudo de ALM, diferentemente da inflação de 4,5% (projeção do Bacen), adotada na avaliação atuarial de 2014.

Custeio do plano de benefícios

O **custo normal** de um Plano de Benefícios define a alíquota necessária de contribuição dos ativos para que possam alcançar os benefícios futuros. Não está relacionado a *deficit*, *superavit*, nem aos participantes assistidos. É influenciado somente pelas características da massa e pelas hipóteses utilizadas no cálculo das provisões matemáticas, como taxa de juros, longevidade, crescimento salarial, entre outros.

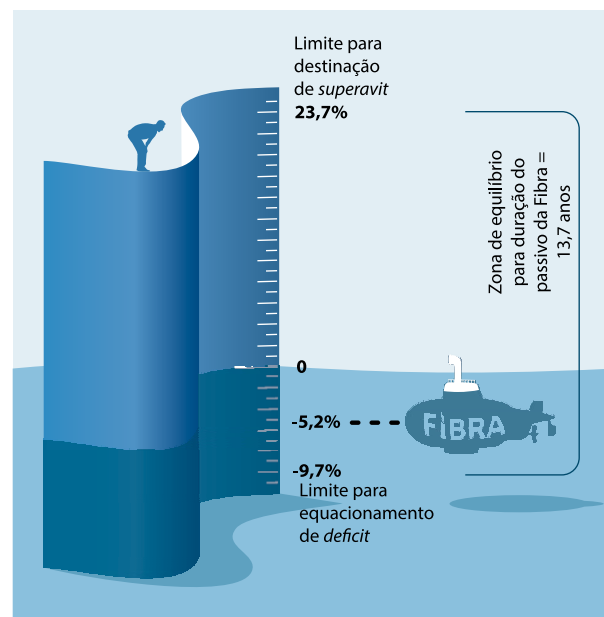
Em 2015, não houve necessidade de se rever o custeio do Plano, ou seja, promover qualquer alteração nas alíquotas de contribuição dos participantes, pois a receita prevista por essas contribuições foi suficiente para cobrir os custos reavaliados dos benefícios do Plano, conforme segue:



O **custo extraordinário** de um plano está relacionado, especificamente, à cobertura de **deficit**. Desde a criação da Fibra não foram cobradas contribuições extraordinárias para cobertura de **deficit**. No entanto, isso poderá ocorrer caso o **deficit** do Plano ultrapasse o limite estabelecido na legislação (Resolução nº 26/2008).

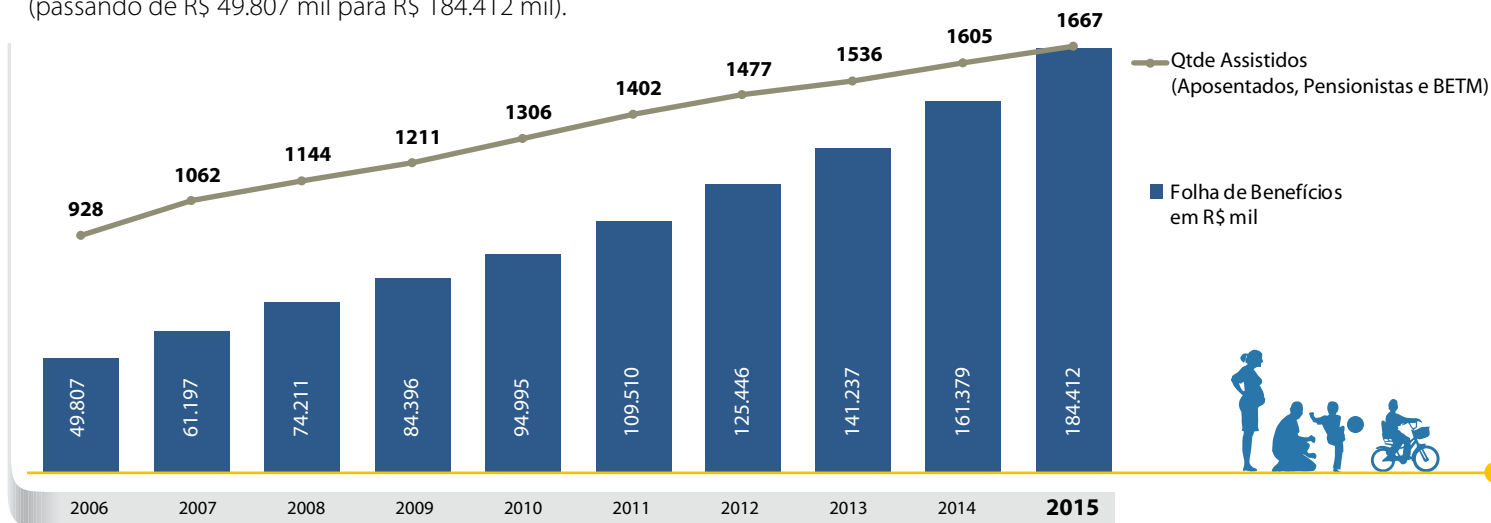
Não obstante que o Plano de Benefícios da Fibra tenha encerrado o exercício de 2015 com resultado deficitário, o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto pela legislação, representado por $1\% \times (\text{duração} - 4)$, que resulta em 9,7%, para uma duração do passivo de 13,7 anos.

Assim, constata-se que o **deficit** de R\$ 170.253 mil representou, em dezembro de 2015, o percentual de 5,2% em relação ao valor total das provisões matemáticas, que foi de R\$ 3.276.199 mil. Com isso, o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite correspondente à necessidade de equacionamento, conforme demonstrado ao lado.



Evolução da folha de benefícios e nº de assistidos

O período de 2015 encerrou com 1.667 benefícios vigentes, 62 benefícios a mais do que no anterior, compostos por aposentados (1.427), pensionistas (232 de 219 pensões) e BETM (8). Nos últimos 10 anos houve aumento de 79,63% na quantidade de benefícios pagos (de 928 para 1.667), e de 270,25% em relação ao montante total pago (passando de R\$ 49.807 mil para R\$ 184.412 mil).



Receitas e despesas previdenciais

As despesas com pagamento de benefícios (continuados e de pagamento único) cresceram 14,4% no ano, fruto dos reajustes e do aumento dos benefícios pagos.

Despesas previdenciais

Despesas com pagamento de benefícios		2014 R\$ mil	2015 R\$ mil	Variação R\$ mil	Variação %
Mensal continuado	Aposentadoria	145.712	166.322	20.610	14,1
	Pensão	15.539	17.978	2.439	15,7
	Benefício especial temporário por morte	128	112	-16	-12,5
	Subtotal	161.379	184.412	23.033	14,3
Pagamento único	Restituição de contribuição – resgate	976	1.394	418	42,8
	Portabilidade	0	0	0	
	Auxílio-funeral	10	8	-2	-20,0
	Subtotal	986	1.402	416	42,2
Total		162.365	185.814	23.449	14,4

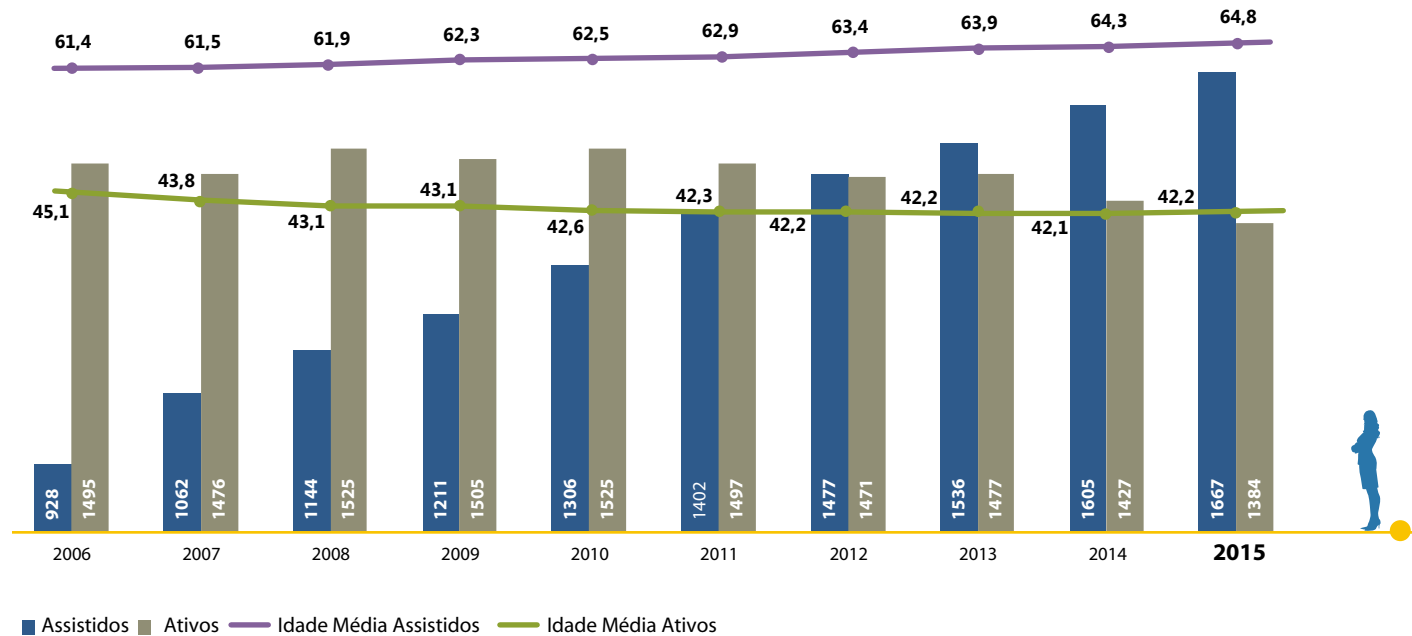
As receitas de contribuições tiveram aumento de 16,4%, fruto principalmente dos acréscimos salariais ocorridos ao longo do ano, influenciados, em grande parte, pela reposição da inflação no Acordo Coletivo de Trabalho.

Receitas destinadas ao programa previdencial

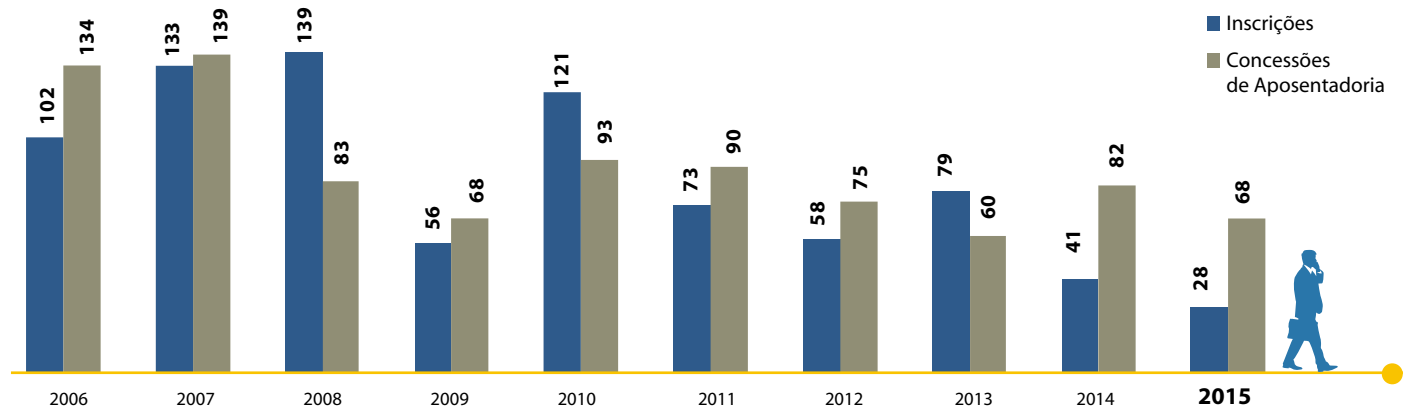
Origem da contribuição		2014 R\$ mil	2015 R\$ mil	Variação R\$ mil	Variação %
Patrocinadores	Normal	31.275	32.325	1.050	3,4
	Suplementar	4.837	5.002	165	3,4
	Subtotal	36.112	37.327	1.215	3,4
Participantes	Ativos	22.542	23.531	989	4,4
	Autopatrocinados	325	336	11	3,4
	Aposentados	14.580	16.710	2.130	14,6
	Jóias, taxa de inscrição e outras	1.903	9.905	8.002	420,5
	Subtotal	39.350	50.482	11.132	28,3
Total		75.462	87.809	12.347	16,4

Perfil dos participantes

O Plano de Benefícios chegou à maturidade pelo aumento expressivo dos assistidos (1.667 benefícios concedidos) em relação aos ativos (1.384 futuros benefícios a conceder). Em contrapartida, as novas contratações mudaram o perfil da idade média dos participantes ativos, reduzindo-a de 45,1 para 42,2 anos de idade.



Na última década, observa-se uma tendência de redução no quadro de ativos da patrocinadora em relação ao número de concessões de aposentadoria, sendo esse superior ao número de contratações por quase todo o período. Em 2015, foram efetuadas 68 novas concessões de aposentadoria e 28 inscrições de participantes, com um índice de adesão ao Plano de Benefícios de 99,07% do total de empregados.



RELACIONAMENTO

Com o intuito de aprimorar seu padrão de atendimento, a Fibra criou, em 2010, a Gerência de Relacionamento com o Participante. O propósito, além do atendimento às demandas de rotina, é buscar novas ferramentas que atendam às prementes exigências dos participantes. Por meio de uma estrutura enxuta, mas que visa ao atendimento de qualidade desde o presencial ao eletrônico, incluindo a área do participante na página da internet e o aplicativo para dispositivos móveis, à gestão de todos os canais de comunicação responsáveis pela prestação de informações – site, jornal Fibra Notícias, Fibra Informa, SMS, e-mail marketing, entre outros –, a Fibra tem estado atenta às melhorias nos serviços prestados e na busca por soluções que levem a uma satisfação plena.

Novo aplicativo

Em consonância com o processo de evolução contínuo da Fibra, o destaque do ano como canal de comunicação com os participantes foi o lançamento do aplicativo para dispositivos móveis. Contendo informações, em tempo real, dos principais serviços disponíveis no site da Fundação, notadamente empréstimos e planilha de aposentadoria, o sistema disponibiliza elementos e dados para avaliação e tomada de decisão dos participantes em suas demandas.

CRM

O CRM, ou *Customer Relationship Management*, é um termo usado para o gerenciamento do relacionamento com o cliente ou, ainda, um sistema integrado de gestão com foco no cliente, que reúne vários processos e tarefas de uma forma organizada e integrada. Implantado em 2007, o sistema termina o ano maduro e consolidado, abrindo caminho para novos desafios e o fortalecimento do relacionamento com o participante.

SMS

O percentual de adesão pelo recebimento de SMS (mensagem de texto via celular) superou a meta de 60% dos participantes (ativos e assistidos). Com a intenção de se aproximar cada vez mais dos nossos associados, queremos consolidar e valorizar mais esse tipo de canal, que tem como característica uma comunicação rápida, eficiente (*on time*) e de baixo custo.



Ações sociais

• Campeonato da solidariedade:

a participação da Fibra no campeonato de futebol da solidariedade, promovido pela Previpar, resultou na arrecadação de 700 kg de alimentos não perecíveis, doados pelos participantes e entregues para o Centro de Amparo aos Idosos Jesus Maria José, em Curitiba.

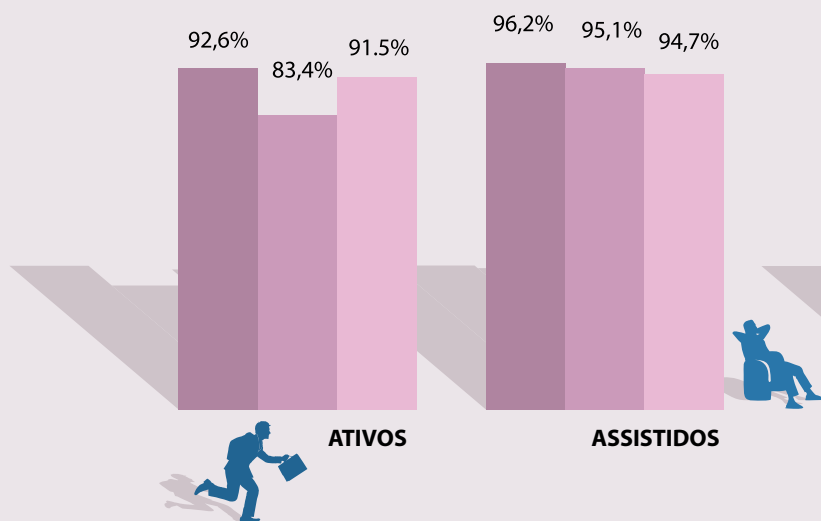
• Programa de educação financeira e previdenciária:

há quatro anos, a Fibra mantém em sua página da internet um programa de auxílio ao planejamento financeiro familiar, além de informações sobre questões relacionadas ao sistema de previdência. O resultado desse trabalho pode ser mensurado pela última pesquisa de satisfação, na qual mais de 60% dos entrevistados consideraram o programa positivo e importante para o planejamento pessoal.

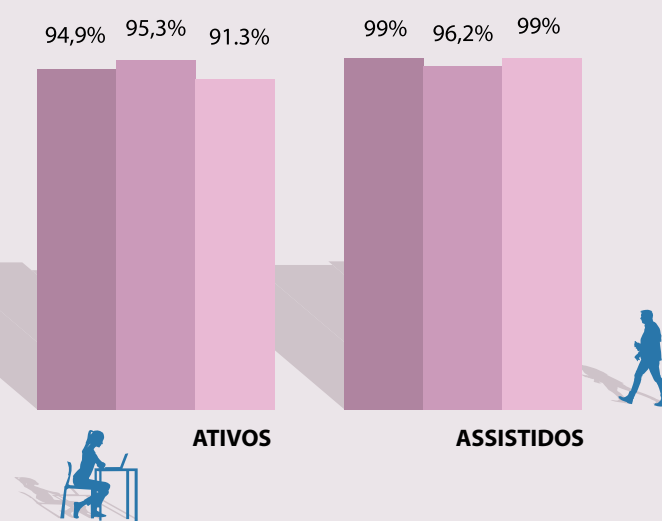
Pesquisa de satisfação

Média Geral 8,9

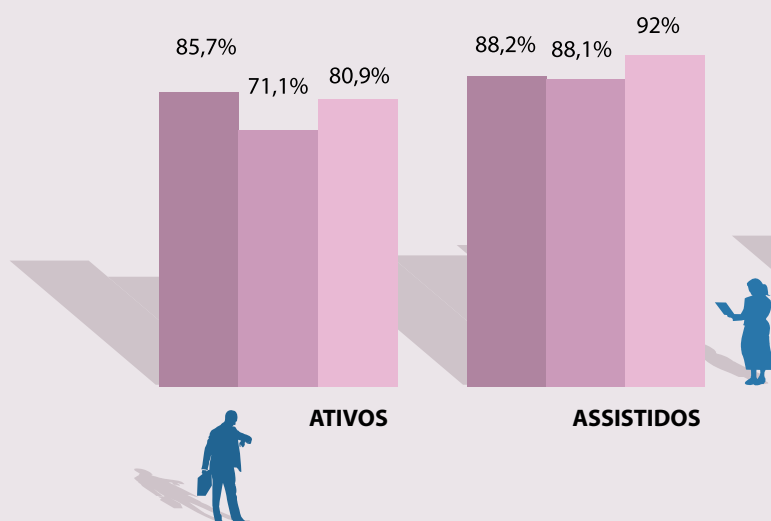
Classificação da atual administração dos investimentos da Fibra



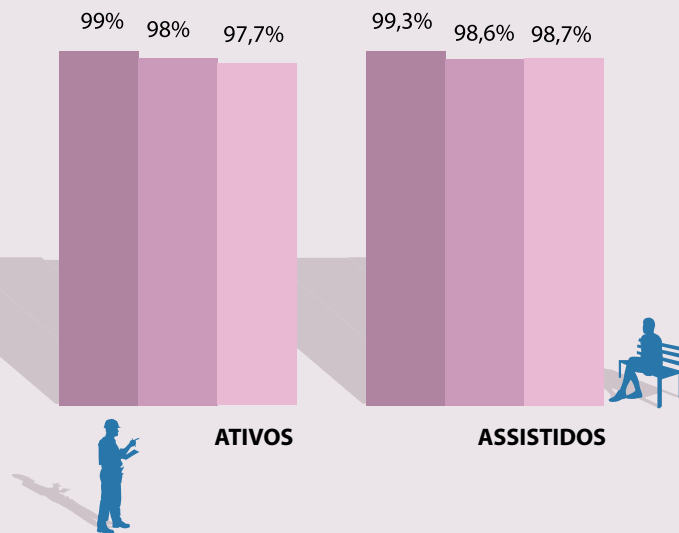
Satisfação com a transparência das informações prestadas pela Fibra



Sentimento de confiança/segurança no plano de suplementação oferecido pela Fibra



Grau de desempenho da qualidade do atendimento da Fibra



2013 2014 2015

Comunidade previdenciária e mercado

A Fibra tem participado ativamente na comunidade do sistema de previdência fechada do país, tais como:

- Conselho Deliberativo da Abrapp.
- Comissões Técnicas *Ad Hoc* da Abrapp: Precificação e Solvência, Despesas Administrativas.
- Comissões Técnicas Nacionais da Abrapp: Investimentos, Relacionamento com o Participante, Governança e Contabilidade.

- Comissão Técnica Regional Sul da Abrapp: Atuária e Assuntos Jurídicos.
- Membro do programa “Portas Abertas”, da Abrapp, que visa um maior relacionamento entre as entidades do sistema, por meio de visitas técnicas e troca de informações e conhecimento.
- Participação na Diretoria da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (ANCEP).



FIBRA EM NÚMEROS

1.384	Participantes ativos (empregados que aderiram ao Plano + autopatrocinados)	26.108	Atendimentos na área do participante (site Fibra)
11	Participantes em BPD, vesting e com suspensão de contribuição	4.343	Acessos aos serviços da Fibra (área do participante e aplicativo por dispositivos móveis)
1.667	Assistidos (aposentados, pensionistas e BETM)	1.871	Adesões ao SMS da Fibra
3.903	Beneficiários (dependentes inscritos no Plano de Benefícios)	184,4 milhões	Pagos em benefícios continuados (14,3% a mais que 2014)
68	Participantes que se aposentaram no ano	2,27 bilhões	Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo INPC)
28	Empregados novos que aderiram ao Plano no ano	5,84 %	Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)
42,2	Idade média dos participantes ativos	13,48 %	Rentabilidade geral dos investimentos
64,8	Idade média dos participantes assistidos	13,78 %	Rentabilidade geral do Plano de Benefícios (contábil)
96	Idade do assistido mais idoso	16,96 %	Meta atuarial para a rentabilidade dos investimentos
21	Idade do participante ativo mais jovem	30	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo
1.287	Empréstimos concedidos	120	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal
9.034	Atendimentos registrados no CRM	48	Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos
45.676	Acessos ao site	36	Quadro funcional da Fibra

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	R\$ mil	
ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
DISPONÍVEL	16	21
REALIZÁVEL	3.110.412	2.833.604
Gestão Previdencial	92.133	93.989
Gestão Administrativa	6.789	5.997
Investimentos	3.011.490	2.733.618
Títulos Públicos	2.220.826	1.799.766
Créditos Privados e Depósitos	13.834	12.513
Fundos de Investimento	489.592	648.493
Investimentos Imobiliários	84.920	86.684
Empréstimos	75.289	67.440
Depósitos Judiciais/Recursais	127.029	118.722
PERMANENTE	659	674
Imobilizado	430	390
Intangível	229	284
TOTAL DO ATIVO	3.111.087	2.834.299

	R\$ mil	
PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	11.162	9.681
Gestão Previdencial	5.779	4.736
Gestão Administrativa	1.256	983
Investimentos	4.127	3.962
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	118.165	114.131
Gestão Previdencial	4.990	6.192
Gestão Administrativa	5.366	4.815
Investimentos	107.809	103.124
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.981.760	2.710.487
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.968.181	2.699.746
Provisões Matemáticas	3.276.199	2.822.183
Benefícios Concedidos	2.333.590	1.963.628
Benefícios a Conceder	990.741	905.389
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(48.132)	(46.834)
Equilíbrio Técnico	(308.018)	(122.437)
Resultados Realizados	(308.018)	(122.437)
Déficit Técnico Acumulado	(308.018)	(122.437)
Fundos	13.579	10.741
Fundos Administrativos	8.190	6.638
Fundos dos Investimentos	5.389	4.103
TOTAL DO PASSIVO	3.111.087	2.834.299

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.699.746	2.460.899	9,71
1. Adições	468.211	391.733	19,52
(+) Contribuições	117.835	106.439	10,71
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	350.123	285.294	22,72
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	253	-	100,00
2. Destinações	(199.775)	(152.886)	30,67
(-) Benefícios	(185.814)	(162.365)	14,44
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(656)	(100,00)
(-/+ Custeio Administrativo (*)	(13.961)	10.135	(237,75)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	268.436	238.847	12,39
(+) Provisões Matemáticas	454.017	207.908	118,37
(-/+ Déficit/ Superávit Técnico do Exercício	(185.581)	30.939	(699,83)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.968.182	2.699.746	9,94
C) Fundos não previdenciais	13.579	10.741	26,42
(+) Fundos Administrativos	8.190	6.638	23,38
(+) Fundos dos Investimentos	5.389	4.103	31,34

(*) Em 2014, no valor do Custeio Administrativo está computado R\$ 23.320, referente à Reversão do Fundo Administrativo.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
1. Ativos	3.104.465	2.828.502	9,76
Disponível	11	15	(26,67)
Recebível	100.523	124.088	(18,99)
Investimento	3.003.931	2.704.399	11,08
Títulos Públicos	2.220.826	1.799.766	23,40
Créditos Privados e Depósitos	13.834	12.513	10,56
Fundos de Investimentos	482.033	619.274	(22,16)
Investimentos Imobiliários	84.920	86.684	(2,03)
Empréstimos	75.289	67.440	11,64
Depósitos Judiciais/Recurais	127.029	118.722	7,00
2. Obrigações	122.704	118.014	3,97
Operacional	9.905	8.698	13,88
Contingencial	112.799	109.316	3,19
3. Fundos não Previdenciais	13.579	10.741	26,42
Fundos Administrativos	8.190	6.638	23,38
Fundos dos investimentos	5.389	4.103	31,34
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.968.181	2.699.746	9,94
Provisões Matemáticas	3.276.199	2.822.183	16,09
Déficit Técnico	(308.018)	(122.437)	151,57
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a. Equilíbrio Técnico	(308.018)	(122.437)	151,57
b. (+) Ajuste de Precificação	137.765	124.590	10,57
(-/+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(170.253)	2.153	(8.007,71)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.710.488	2.489.454	8,88
1. Adições	471.115	419.302	12,36
(+) Contribuições Previdenciais	103.873	116.573	(10,89)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	350.123	285.294	22,72
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	253		100,00
(+) Receitas Administrativas	13.961	13.185	5,89
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.619	3.442	(52,96)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.286	808	59,16
2. Destinações	(199.843)	(198.268)	0,79
(-) Benefícios	(185.814)	(162.365)	14,44
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(655)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas (*)	(14.029)	(35.248)	(60,20)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	271.272	221.034	22,73
(+) Provisões Matemáticas	454.017	207.908	118,37
(-/+) Superavit / Deficit Técnico do Exercício	(185.581)	30.939	(699,83)
(+/-) Fundos Administrativos	1.551	(18.621)	(108,33)
(+) Fundos dos Investimentos	1.286	808	59,16
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.981.760	2.710.488	10,01

(*) Em 2014, dos R\$ 35.248 em Despesas Administrativas, R\$ 23.320 referem-se à Reversão do Fundo Administrativo.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.638	25.259	(73,72)
1. Custeio da Gestão Administrativa	15.580	16.627	(6,30)
1.1. Receitas	15.580	16.627	(6,30)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13.961	13.185	5,89
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.619	3.442	(52,96)
2. Despesas Administrativas	(14.028)	(11.928)	17,61
2.1. Administração Previdencial	(8.813)	(7.647)	15,25
Pessoal e encargos	(6.207)	(5.309)	16,91
Treinamentos/congressos e seminários	(44)	(39)	12,82
Viagens e estadias	(188)	(169)	11,24
Serviços de terceiros	(1.056)	(777)	35,91
Despesas gerais	(435)	(439)	(0,91)
Depreciações e amortizações	(111)	(101)	9,90
Tributos	(772)	(813)	(5,04)
2.2. Administração dos Investimentos	(5.215)	(4.281)	21,82
Pessoal e encargos	(3.728)	(3.198)	16,57
Treinamentos/congressos e seminários	(48)	(16)	200,00
Viagens e estadias	(158)	(149)	6,04
Serviços de terceiros	(826)	(499)	65,53
Despesas gerais	(169)	(132)	28,03
Depreciações e amortizações	(93)	(84)	10,71
Tributos	(193)	(203)	(4,93)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(23.320)	(100,00)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4)	1.552	(18.621)	(108,33)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.552	(18.621)	(108,33)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	8.190	6.638	23,38

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.096.275	2.821.863	9,72
1. Provisões Matemáticas	3.276.199	2.822.183	16,09
1.1. Benefícios Concedidos	2.333.590	1.963.628	18,84
Benefício Definido	2.333.590	1.963.628	18,84
1.2. Benefício a Conceder	990.741	905.389	9,43
Benefício Definido	990.741	905.389	9,43
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(48.132)	(46.834)	2,77
(-) Serviço passado	(48.132)	(46.834)	2,77
(-) Patrocinador(es)	(48.132)	(46.834)	2,77
2. Equilíbrio Técnico	(308.018)	(122.437)	151,57
2.1. Resultados Realizados	(308.018)	(122.437)	151,57
(-) Déficit técnico acumulado	(308.018)	(122.437)	151,57
3. Fundos	5.389	4.103	31,34
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.389	4.103	31,34
4. Exigível Operacional	9.905	8.698	13,88
4.1 Gestão Previdencial	5.778	4.736	22,00
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.126	3.962	4,14
5. Exigível Contingencial	112.798	109.316	3,19
5.1 Gestão Previdencial	4.989	6.192	(19,43)
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	107.808	103.124	4,54

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2015, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pelas Resoluções nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio reclusão;
- Auxílio funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo Regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido nas suas políticas de investimentos.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foi também observada, a ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA mantidos pela Fundação.

2.2 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, além da ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao seu Plano de Gestão Administrativo - PGA.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, conforme estabelecem os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	2015	2014
Plano de Benefícios				
1	1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	200	140
2	1.2.1.9.13	Reversão de Recursos do PGA	-	23.320
3	1.2.2.3.01	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	8.190	6.638
4	2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(8.190)	(6.638)
Plano de Gestão Administrativa				
5	2.1.2.9.01.02	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(200)	(140)
6	2.1.2.9.02.01	Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(23.320)

Registros Contábeis no Plano de Benefícios:

(1) o saldo de R\$ 200 (R\$ 140 em 2014) referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativo as contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2016.

(2) o valor de R\$ 23.320 demonstrado em 2014, referente à importância revertida do fundo administrativo do PGA para o Plano de Benefícios, em 2014 (Notas Explicativas 3.9 e 9) (contrapartida da conta 2.1.2.9.02.01).

(3) o valor de R\$ 8.190 (R\$ 6.638 em 2014) referente à participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabeleça a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02.01).

(4) o valor de R\$ (8.190) (R\$ 6.638 em 2014) referente à participação no Fundo Administrativo - PGA, registrada no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3.01).

Registros Contábeis no Plano de Gestão Administrativa - PGA:

- (5) o valor de R\$ (200) (R\$ 140 em 2014) referente a conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo às contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2016. (contrapartida da conta 1.2.1.9.06).
- (6) o valor de R\$ (23.320) demonstrado em 2014, referente à importância revertida do fundo administrativo do PGA para o Plano de Benefícios (Notas Explicativas 3.9 e 9) (contrapartida da conta 1.2.1.9.13).

3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, que foram elaboradas em atendimento nos seguintes normativos; Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações introduzidas por meio da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

3.1 Apuração de Resultados - Superávit Técnico/Déficit Técnico

Os resultados dos exercícios de 2015 e 2014 do Plano de Benefícios foram apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o Equilíbrio Técnico Ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de nov. 2014 (Notas Explicativas 4.3.7 e 8).

3.2 Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2014, suportada por laudos

técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 Ativo Permanente

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

a. Imobilizado

Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

Em 2015 o Plano de Gestão Administrativa - PGA adquiriu do Plano de Benefícios, 53 cadeiras da marca Herman Miller, bens que o inquilino da Fibra Exxon Mobil deixou ao desocupar o 9º andar do CCI. A incorporação no ativo permanente da Fundação se deu após aprovação do Conselho Deliberativo e da transferência de valores do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o Plano de Benefícios, visto que o imóvel pertence aos investimentos do plano de benefícios.

Para ser possível o registro no Ativo Permanente dos referidos bens, foi solicitado laudo técnico de avaliação, tendo sido avaliada em R\$ 2 cada unidade, o que resultou no montante de R\$ 119. Os bens passarão, a partir do exercício de 2016, a serem depreciados pelo tempo de vida útil remanescente das cadeiras em aproximadamente 9 (nove) anos.

b. Intangível

Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

3.3.1 O ativo permanente teve a seguinte evolução:

	2015	2014
Imobilizado	430	390
Saldo inicial	508	457
Adições no exercício	45	52
Deduções do período	-	-
(-) Depreciações no exercício	(123)	(119)
Intangível	229	284
Saldo inicial	284	188
Adições no exercício	25	162
(-) Amortizações no exercício	(80)	(66)
Saldo do Ativo Permanente	659	674

3.3.2 A composição do ativo permanente é a seguinte:

	2015	2014
Imobilizado	430	390
Móveis e Utensílios	159	49
Custo de aquisição	327	208
(-) Depreciações acumuladas	(168)	(159)
Máquinas e Equipamentos	82	96
Custo de aquisição	248	246
(-) Depreciações acumuladas	(166)	(150)
Computadores e Periféricos	189	244
Custo de aquisição	705	774
(-) Depreciações acumuladas	(516)	(530)
Telefone	-	1
Custo de aquisição	4	4
(-) Depreciações acumuladas	(4)	(3)
Intangível	229	284
Custo de aquisição	563	537
(-) Amortizações acumuladas	(334)	(253)
Saldo do Ativo Permanente	659	674

Em fevereiro de 2015 foi realizada a doação de equipamentos e cartões inservíveis à Fibra, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, sendo baixado do ativo permanente o valor de R\$ 105. Os itens foram doados ao Centro de Ação Voluntária de Curitiba, que é uma instituição de assistência social publicamente e oficialmente reconhecida pela Prefeitura de Curitiba, conforme Lei 9.760, de 23 dez. 1999.

3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos à Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. Os valores dos depósitos judiciais atualizados estão registrados no Ativo na Fundação, conforme estabelece a PREVIC.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

Em 2014, a Fundação aderiu ao REFIS, conforme aprovação de seu Conselho Deliberativo (Nota Explicativa 6).

3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jesse Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e o benefício especial temporário por morte, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e o auxílio funeral e a devolução de contribuição a designado, pelo método de repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,31% (o mesmo adotado em 2014) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (a mesma adotada em 2014) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,76% (5,68% em 2014) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

3.6.1 Hipóteses Atuariais Utilizadas nas Reavaliações Atuariais

Na avaliação atuarial foram adotados as seguintes hipóteses, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 17, de 07 de dezembro de 2015:

Hipóteses Atuariais Utilizadas na Reavaliação	2015	2014
1 Taxa Real de Juros	5,76%	5,68%
2 Reajuste Salarial	9,93%	8,08% (0,15% em mar/14 e 7,92% em nov/14)
3 Crescimento Real de Salário	2,31%	2,31%
4 Fator de Capacidade de Benefício	97,37%	97,58%
5 Rotatividade	0,13%	0,13%
6 Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 20%	AT-2000 desagravada em 20%
7 Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 desagravada em 10%	AT-83 desagravada em 10%
8 Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
9 Composição Familiar	Família Média - HX (12) p/ativos e Família Efetiva p/assistidos	Família Média - HX regional (12) agravado em 22,04%

Definições:

- (1) taxa de juros para cálculo de desconto atuarial;
- (2) IPCA - indexador utilizado pelos patrocinadores;
- (3) percentual aplicado através de ajuste da curva logística, que expressa o crescimento salarial, ao longo da carreira;
- (4) fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
- (5) percentual calculado atuarialmente com base nas entradas e saídas de pessoal, ocorridas nos patrocinadores;
- (6) base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
- (7) base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
- (8) base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
- (9) cálculo de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado. Destaca-se que a hipótese de Composição Familiar foi alterada, na avaliação de 2015, devido à falta de aderência na adoção da “família média baseada na experiência regional” em relação ao cadastro da Fibra. Observou-se que a hipótese até então utilizada não estava refletindo a expectativa de sobrevivência dos beneficiários, pois havia

sido calculada com a Tábua CSO-58 (utilizada quando da criação do Plano de Benefícios). O impacto da referida mudança nas Provisões Matemáticas totais, calculado com base em 31 dez. 2015 é de R\$ 129.829 (ver NE 8).

Benefícios Concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

Benefícios a Conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

(i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

(ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

Provisões Matemáticas a Constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

a. Cálculo original: Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados dos patrocinadores;

b. Prazo de amortização: 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, restando 147 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução;

c. Valor das parcelas: Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores ITAIPU Binacional e Fibra. O patrocinador ITAIPU contribuiu com R\$ 4.889 mil em 2015 (R\$ 4.738 mil em 2014) e o patrocinador Fibra com R\$ 113 mil em 2015 (R\$ 99 mil em 2014);

d. Data de vencimento das parcelas: A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

e. Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais: De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;

f. Taxa de Juros do recálculo atuarial anual: Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor, utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2015 corresponde a 5,76% ao ano; e

g. Saldo Devedor: O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o número de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,76% ao ano. Do saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 48.132 mil, R\$ 46.973 mil, refere-se ao patrocinador ITAIPU e R\$ 1.159 mil é de responsabilidade do patrocinador Fibra.

3.7 Fundos

Plano de Gestão administrativa - PGA

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras, entre esse limite e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro (Notas Explicativas 3.9 e 9).

Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

3.9 Custeio Administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

O Conselho Deliberativo, em face da delegação do patrocinador ITAIPU Binacional, por meio da RDE 003/2015, de 29 de janeiro de 2015, emitiu a RCD 001/2015, de 06 de fevereiro de 2015, aprovando a modificação no Regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa da Fibra, para aplicação no encerramento do exercício de 2014, incluindo critérios para a formação e reversão do saldo do Fundo Administrativo.

De acordo com o Regulamento do PGA, os recursos do Fundo Administrativo serão utilizados exclusivamente para fins de custeio de Despesas Administrativas e para reversão ao Plano Previdencial, observados os limites estabelecidos no Regulamento. A adoção dessa nova prática é decorrente do apontamento pelos Órgãos de Governança da Fibra, quer sejam Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal, sobre a necessidade de estabelecimento de um critério de formação e reversão do fundo administrativo, em linha com as boas práticas de governança previstas nas normas brasileiras aplicáveis aos fundos de pensão. Com base nos critérios aprovados, o saldo do fundo administrativo será revisito a cada 3 anos, e destinado caso supere 50% das despesas administrativas do exercício.

O Regulamento do PGA determina, também, que a Fundação deverá estabelecer indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para cada exercício, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo. Para o exercício de 2015, os referidos indicadores e suas metas foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 18/2014, de 8 de dezembro de 2014, e são:

(a) **Taxa de Administração Hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores) x 100]. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2015 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado 0,47% (0,44% em 2014);

(b) **Taxa de Carregamento Hipotética** - Fórmula [(Despesas Administrativas Totais / (Contribuições + Benefícios)) x 100]. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2015 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 4,88% (4,76% em 2014);

(c) **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2015 era de assertividade superior a 90% e foi realizado 98,76% (92,25% em 2014); e

(d) **Cumprimento das Metas da PR 2015** - acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas no Programa de Participação nos Resultados, tendo como objetivo verificar de forma am-

pla o desempenho quali-quantitativo da Fibra. A meta para 2015 era superar 90% de assertividade e foi realizado 97,53% (96,49% em 2014).

4 Realizável

4.1 Gestão Previdencial

	R\$ mil	
	2015	2014
Contribuições a receber	5.903	5.695
Contribuições normais e de autopatrocinadores	5.116	4.935
Patrocinador ITAIPU Binacional	5.092	4.911
Autopatrocinadores e Participantes	24	24
Contribuições extraordinárias - patrocinador ITAIPU Binacional	787	760
Contribuições contratadas - patrocinador ITAIPU Binacional	83.819	84.883
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	83.819	84.883
Depósitos Judiciais/Recursais	587	1.588
Depósitos Judiciais/Recursais	587	1.588
Outros realizáveis	1.824	1.823
Valores a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (Nota Explicativa 6.2)	1.824	1.823
	92.133	93.989

As contribuições a Receber de R\$ 200 mil (R\$ 140 mil em 2014), relativas às contribuições do patrocinador Fibra e de seus empregados do mês de dezembro e 13º salário de 2015, não foram demonstradas no quadro acima, pois estas são registradas no Plano de Benefícios na conta 1.2.1.9.06 - valores a receber do PGA e serão repassadas pelo PGA para o Plano de Benefícios, até o dia 08 de janeiro de 2016 e não estão discriminadas no quadro acima, pois foram eliminadas para fins de consolidação do Balanço Patrimonial, conforme normas da PREVIC.

O detalhamento do Fundo Administrativo do PGA para a Gestão Previdencial consta nas Notas Explicativas 3.9 e 9. Enquanto que o detalhamento das contas que foram eliminadas para fins de Consolidação das Demonstrações Contábeis consta na Nota Explicativa 2.2.

4.2 Gestão Administrativa

	2015	2014
Contas a Receber	1.402	1.165
Sobrecarga Administrativa - patrocinador ITAIPU Binacional	1.402	1.165
Despesas antecipadas	21	17
Adiantamentos	21	17
Depósitos Judiciais/Recursais	5.366	4.815
Depósitos Judiciais - PIS	750	673
Depósitos Judiciais - COFINS	4.616	4.142
	6.789	5.997

4.3 Investimentos

4.3.1 Composição analítica da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipo de Investimentos	2015		2014	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil
Títulos Públicos	1.673.815	2.220.826	1.419.014	1.799.767
Títulos para Negociação	153.602	190.135	177.396	238.729
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e LFT - Plano BD	153.602	190.135	177.396	238.729
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.520.213	2.030.691	1.241.618	1.561.037
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - Plano BD	1.520.213	2.030.691	1.241.618	1.561.037
Créditos Privados e Depósitos Instituições Financeiras	10.160	13.834	10.157	12.513
Títulos para Negociação	56	61	53	54
CDB- Certificado de Depósito Bancário - Plano BD	56	61	53	54
Títulos Mantidos até o Vencimento	10.104	13.773	10.104	12.458
Debentures Não Conversíveis -Plano BD	10.104	13.773	10.104	12.458
Fundos de Investimentos	485.676	489.592	612.163	648.493
Fundos de Renda Fixa	204.941	212.470	124.538	128.476
Títulos para Negociação	198.556	203.443	35.081	35.721
Votorantim FI Institucional RF - Plano BD	3	3	24.702	24.957
Votorantim FI Institucional RF - PGA	1.100	1.101	10.379	10.764
BRADESCO FI REF DI PREMIUM - Plano PGA	6.400	6.457	-	-
BRADESCO FI REF DI PREMIUM - Plano BD	191.053	195.881	-	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	6.385	9.028	1.241.618	1.561.037
BRZ Crédito Privado FIM - Plano BD	5.878	7.030	5.878	7.463
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - Plano BD	-	-	63.237	63.830
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - PGA	-	-	18.369	18.455
FIDC CEDAE - Plano BD	507	1.998	1.973	3.007
Fundos Exclusivos - Plano BD			27	27
FIA Merlot	-	0	-	-
BRAM FIB FIA	-	0	27	27
Fundos Mútuos - Plano BD	157.655	132.790	378.272	390.782
Ishares BRAX 11	-	-	10.979	10.582
Bradesco FIA Dividendos	-	-	19.000	28.898
M Square Inst FIC FIA	10.000	11.264	10.000	11.266
Quest Small Caps FIC FIA	-	-	17.000	16.321
Ishares BOVA 11	85.992	68.158	85.992	78.528
Ishares PIBB 11	28.131	24.680	65.782	66.434
Itau ACE Dividendos	-	-	10.000	7.792
GAP Ações Inst. FIA	-	-	10.000	10.585
Guepardo Ações FIA	-	-	15.000	15.964
Perfin Institucional	-	-	10.000	10.073
JGP Inst. FIA	-	-	30.000	32.825
BTG Pact Div FIA	-	-	20.000	21.844
BTG Pactual Absoluto Institucional	-	-	20.000	23.202
Sulamérica Expertise FIA	13.532	12.576	19.000	20.312
Vinci Gas Valor Smal FIC FIA	20.000	16.113	20.000	18.726
Vinci Gas Dividendos FIA	-	-	15.515	17.426
Valores a receber	-	-	4	4
Fundos de Investimentos em Participações - Plano BD	84.080	89.371	87.326	103.309
Brascan de Petróleo e Gás	1.787	1.765	1.787	1.782
Capital Mezanino	4.437	16.905	4.595	14.014
Empreendedor Brasil FMIEE	3.309	4.141	3.349	4.144
Logística Brasil FIP	7.080	13.335	15.991	17.961
Terra Viva	4.751	557	4.737	4.588
Rio Bravo Energia I	30.000	12.121	30.000	29.494
Neo Capital Mezanino II	5.506	7.389	5.763	6.967
Pátria Real Estate II	6.239	10.594	5.370	7.671
Pátria Special Opp I	10.100	12.227	7.913	9.490
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	1.473	1.291	1.393	1.147
DLM Brasil TI FIP	9.398	9.048	6.428	6.051
Fundos de Investimento no Exterior - Plano BD	39.000	54.961	22.000	25.899
BB Multimercado BlackRock IE FI	19.430	27.731	11.000	12.972
BB Multimercado JPM IE FI	19.570	27.230	11.000	12.927
Investimentos imobiliários - Plano BD	11.701	84.920	11.701	86.684
Alugueis e Renda	11.701	84.920	11.701	86.684
Emprestimos e Financiamentos - Plano BD	-	75.289	-	67.440
Emprestimos	-	75.289	-	67.440
Depósitos Judiciais de Investimentos - Plano BD	52.017	127.029	52.017	118.722
Total dos investimentos	2.233.370	3.011.490	2.105.052	2.733.618

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa e variável das carteiras do Plano BD e do PGA possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias	195.884	7.558	203.442	-	-	-	203.442
De 61 a 180 dias	61	-	61	-	-	-	61
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360 dias	190.135	-	190.135	2.330.614	-	2.330.614	2.520.749
Total	386.080	7.558	393.638	2.330.614	-	2.330.614	2.724.252

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

4.3.2 Letras financeiras do tesouro - AL

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas - LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido à inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013º, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de ITAIPU.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça de Alagoas, se manifestou pela incompetência, pugnando por remeter o processo à Justiça Federal.

Foi instaurado conflito de competência, com o processo retornando à Justiça Estadual, onde aguarda julgamento de mérito, estando em vias de ser julgado proximamente.

4.3.3 Provisões CDBs de Emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra falências, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra, recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo.

Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

Em janeiro de 2013, a Fundação recebeu o valor de R\$ 1.134, referente ao terceiro rateio para os credores, perfazendo o total de 30% já recebido sobre a habilitação na massa falida.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas, caso se revele conveniente. A Fibra também está monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado, interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

4.3.4 Investimentos Imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2014, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “Decatur Engenharia e Avaliações Ltda.” O método de avaliação utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da realização dos imóveis foi positivo em R\$ 20.824 e foi contabilizado no exercício de 2014.

Os ativos reavaliados passaram a partir de dezembro de 2014, a

serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2015, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor da reavaliação em dez/2014	Depreciação acumulada	Alugueis a Receber	Saldo em 31/12/2015
Edificações de uso próprio	5.329	(114)	-	5.215
Edificações locadas à patrocinadora	42.293	(905)	173	41.561
Edificações locadas a terceiros	38.897	(890)	137	38.144
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	-	-	-	-
Total	86.519	(1.909)	310	84.920

4.3.5 Auditoria de Gestão dos Investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade.

4.3.6 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, estão a seguir demonstrados:

	2015			2014		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Títulos Públicos	2.220.826		2.220.826	1.799.767		1.799.767
Títulos Públicos Federais	2.220.826		2.220.826	1.799.767		1.799.767
Créditos Privados e Depósitos	13.834		13.834	12.513		12.513
Instituições Privadas	13.834		13.834	12.513		12.513
Fundos de Investimentos	482.033	7.559	489.592	619.274	29.219	648.493
Fundos de Renda Fixa	204.911	7.559	212.470	99.257	29.219	128.476
Fundos Exclusivos	0		0	27		27
Fundos Mútuos	132.790		132.790	390.782		390.782
Fundos de Investimentos em Participações – FIPs	89.371		89.371	103.309		103.309
Fundos de Investimento no Exterior	54.961		54.961	25.899		25.899
Investimentos imobiliários	84.920		84.920	86.684		86.684
Alugueis e Renda	84.920		84.920	86.684		86.684
Direitos em Alienações de imóveis	0		0	0		0
Empréstimos e Financiamentos	75.289		75.289	67.440		67.440
Empréstimos	75.289		75.289	67.440		67.440
Depósitos Judiciais/ Recursais	127.029		127.029	118.722		118.722
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	105.696		105.696	98.471		98.471
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	21.333		21.333	20.251		20.251
Total dos investimentos	3.003.932	7.559	3.011.490	2.704.399	29.219	2.733.618

4.3.7 Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais - Res. CNPC nº 16, de 19 nov. 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 04 fev. 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 dez. 2015

A Resolução CNPC 16, de 19 de nov. 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 set. de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 fev. 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% (ver NE 4.3.8) e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Conforme Art. 11-A, §1º, da Resolução CNPC nº 16/2014, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% (ver NE 4.3.8) e o valor contábil desses títulos.

Em 2015, com a aprovação da Resolução CGPC nº 22, de 25 de novembro, foram estabelecidos limites individuais de déficit e superávit para cada plano de benefícios, em função do prazo médio do fluxo dos benefícios de cada plano, criando uma zona de equilíbrio entre esses limites, definindo entre destinação de superávit ou equacionamento de déficit, para a parcela do resultado que estiver fora da zona de equilíbrio.

Deste modo, o equilíbrio técnico ajustado do Plano, de R\$170.253 mil, demonstrado na Demonstração do Ativo Líquido - DAL, representa em dezembro de 2015 um déficit de 5,20% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, de R\$3.276.199 mil.

Ainda que o Plano da Fibra tenha encerrado o exercício de 2015 com resultado deficitário, o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto na legislação. Este limite é representado por 1% x (duration - 4), que resulta em 9,7%, para uma "duration" de 13,7 anos.

Conclui-se então, que o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite correspondente à necessidade de equacionamento. O detalhamento da evolução do equilíbrio técnico do plano de benefícios da Fibra, consta na Nota Explicativa 8.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dez. 2015 resultou em um valor positivo de R\$ 137.765 mil, conforme demonstrativo a seguir:

Carteira de Títulos Públicos - ajuste de precificação - resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014
Taxa atuarial 5,76%

Descrição	Taxa Aquisição	Data Aquisição	Vencimento	Quantidade	Valor aplicado	Valor contábil	Valor pela taxa atuarial	Ajuste de precificação
NTN-B	6,541668	25/07/2007	15/05/2017	20.000,00	32.264	55.509	56.049	540
NTN-B	7,568678	23/08/2007	15/05/2017	2.991,00	4.536	8.197	8.382	185
NTN-B	7,453457	28/11/2007	15/05/2017	10.000,00	15.225	27.445	28.024	579
NTN-B	6,309531	22/01/2014	15/08/2018	5.000,00	12.006	14.076	14.252	176
NTN-B	5,905108	24/10/2014	15/05/2019	10.000,00	25.534	28.039	28.157	118
NTN-B	6,147224	26/11/2013	15/08/2022	10.000,00	23.527	28.156	28.721	565
NTN-B	6,58106	20/02/2014	15/08/2022	10.000,00	22.991	27.541	28.721	1.180
NTN-B	5,689008	28/08/2014	15/05/2023	3.000,00	7.653	8.542	8.507	-34
NTN-B	5,689008	28/08/2014	15/05/2023	10.000,00	25.509	28.473	28.358	-115
NTN-B	6,511034	24/07/2015	15/05/2023	10.000,00	26.297	27.180	28.358	1.178
NTN-B	6,811498	29/07/2015	15/05/2023	10.000,00	25.881	26.726	28.358	1.632
NTN-B	7,299482	25/08/2015	15/05/2023	10.000,00	25.400	26.011	28.358	2.348
NTN-B	8,501315	23/10/2008	15/08/2024	12.412,00	17.683	30.192	35.762	5.569
NTN-B	6,797038	24/03/2009	15/08/2024	10.000,00	16.926	26.994	28.812	1.818
NTN-B	6,797038	24/03/2009	15/08/2024	20.000,00	33.852	53.988	57.624	3.636
NTN-B	6,249662	22/12/2014	15/08/2024	10.000,00	25.136	27.934	28.812	878
NTN-B	6,260104	18/02/2015	15/08/2024	10.000,00	25.063	27.916	28.812	896
NTN-B	6,030006	15/02/2011	15/08/2030	10.000,00	19.941	28.317	29.031	714
NTN-B	6,151631	16/03/2011	15/08/2030	10.000,00	19.928	28.003	29.031	1.027
NTN-B	6,173253	17/03/2011	15/08/2030	10.138,00	20.167	28.334	29.431	1.097
NTN-B	6,173762	24/03/2011	15/08/2030	1,00	2	3	3	0
NTN-B	5,998539	07/11/2013	15/08/2030	8.100,00	19.143	23.003	23.515	512
NTN-B	6,308202	26/11/2013	15/08/2030	10.000,00	23.050	27.607	29.031	1.424
NTN-B	6,760449	19/02/2014	15/08/2030	5.000,00	11.060	13.252	14.515	1.263
NTN-B	6,770677	20/02/2014	15/08/2030	10.000,00	22.112	26.480	29.031	2.550
NTN-B	6,299808	19/12/2014	15/08/2030	10.000,00	24.849	27.628	29.031	1.403
NTN-B	6,285009	10/02/2015	15/08/2030	10.000,00	25.510	27.665	29.031	1.365
NTN-B	6,350004	12/02/2015	15/08/2030	10.000,00	25.396	27.502	29.031	1.528
NTN-B	6,290006	18/02/2015	15/08/2030	10.000,00	24.828	27.653	29.031	1.378
NTN-B	6,265603	27/02/2015	15/08/2030	10.000,00	25.046	27.714	29.031	1.317
NTN-B	6,329647	06/03/2015	15/08/2030	10.000,00	25.007	27.553	29.031	1.477
NTN-B	6,500003	13/03/2015	15/08/2030	10.000,00	24.718	27.132	29.031	1.899
NTN-B	6,950112	12/06/2008	15/05/2035	20.917,00	32.510	52.878	60.138	7.260
NTN-B	7,750532	10/12/2008	15/05/2035	10.000,00	14.560	23.281	28.751	5.470
NTN-B	7,61001	15/12/2008	15/05/2035	10.000,00	14.816	23.614	28.751	5.136
NTN-B	7,030892	16/04/2009	15/05/2035	11.131,00	18.324	27.902	32.002	4.100
NTN-B	6,451877	18/06/2009	15/05/2035	21.170,00	36.934	56.428	60.865	4.437
NTN-B	6,451877	18/06/2009	15/05/2035	10.575,00	18.450	28.187	30.404	2.217
NTN-B	6,619155	22/10/2009	15/05/2035	10.794,00	19.058	28.260	31.033	2.773
NTN-B	6,619155	22/10/2009	15/05/2035	6.396,00	11.293	16.745	18.389	1.643
NTN-B	6,631212	06/11/2009	15/05/2035	10.000,00	17.699	26.147	28.751	2.603
NTN-B	6,100008	15/04/2010	15/08/2040	10.142,00	19.315	28.459	29.671	1.212
NTN-B	6,29038	10/06/2010	15/08/2040	10.351,00	19.581	28.386	30.282	1.896
NTN-B	5,499868	21/12/2011	15/08/2040	10.000,00	22.954	30.223	29.256	-968
NTN-B	5,499836	22/12/2011	15/08/2040	10.000,00	22.964	30.223	29.256	-968
NTN-B	5,500003	12/06/2013	15/08/2040	7.850,00	19.628	23.725	22.966	-759
NTN-B	5,500003	12/06/2013	15/08/2040	2.150,00	5.376	6.498	6.290	-208
NTN-B	6,726752	22/01/2014	15/08/2040	10.000,00	22.258	26.046	29.256	3.210
NTN-B	6,108956	30/09/2014	15/08/2040	10.000,00	24.556	28.030	29.256	1.226
NTN-B	6,230005	10/11/2014	15/08/2040	10.000,00	24.505	27.623	29.256	1.633
NTN-B	6,200009	12/12/2014	15/08/2040	10.000,00	24.880	27.723	29.256	1.533
NTN-B	6,211005	12/12/2014	15/08/2040	10.000,00	24.846	27.686	29.256	1.569
NTN-B	6,509925	17/12/2014	15/08/2040	10.000,00	24.001	26.717	29.256	2.539
NTN-B	6,525008	13/03/2015	15/08/2040	1.300,00	3.160	3.467	3.803	336
NTN-B	7,647466	06/12/2006	15/05/2045	10.000,00	12.985	22.792	28.926	6.134
NTN-B	6,8096	11/06/2008	15/05/2045	10.000,00	15.636	25.226	28.926	3.700
NTN-B	6,800102	12/06/2008	15/05/2045	10.377,00	16.256	26.208	30.017	3.808
NTN-B	7,540004	15/12/2008	15/05/2045	10.000,00	14.664	23.082	28.926	5.844
NTN-B	7,450002	15/12/2008	15/05/2045	10.000,00	14.829	23.300	28.926	5.596
NTN-B	7,050545	16/04/2009	15/05/2045	11.309,00	18.324	27.689	32.713	5.024
NTN-B	7,00001	15/05/2009	15/05/2045	10.000,00	15.928	24.637	28.926	4.290
NTN-B	6,420689	18/06/2009	15/05/2045	10.625,00	18.493	28.161	30.734	2.574
NTN-B	5,650006	19/08/2013	15/05/2045	10.000,00	24.603	29.364	28.926	-437
NTN-B	6,100006	15/04/2010	15/08/2050	10.151,00	19.314	28.448	29.834	1.387
NTN-B	6,260348	10/06/2010	15/08/2050	10.339,00	19.581	28.346	30.387	2.041
NTN-B	4,609011	02/04/2013	15/08/2050	10.000,00	28.426	34.931	29.391	-5.541
NTN-B	4,500004	15/05/2013	15/08/2050	10.000,00	29.320	35.542	29.391	-6.151
NTN-B	5,039653	03/06/2013	15/08/2050	10.000,00	26.987	32.675	29.391	-3.285
NTN-B	5,69698	19/08/2013	15/08/2050	10.000,00	24.144	29.645	29.391	-254
NTN-B	7,096	03/02/2014	15/08/2050	10.000,00	21.113	24.583	29.391	4.807
NTN-B	7,501543	21/09/2015	15/08/2050	10.000,00	22.290	23.386	29.391	6.005
NTN-C	8,349997	01/03/2005	01/04/2021	10.000,00	14.974	30.923	34.464	3.541
NTN-C	8,349996	01/04/2005	01/04/2021	10.000,00	14.666	30.923	34.464	3.541
NTN-C	8,349999	02/05/2005	01/04/2021	10.000,00	14.888	30.923	34.464	3.541
NTN-C	8,399993	01/06/2005	01/04/2021	10.000,00	14.889	30.860	34.464	3.604
Valor Total					1.520.213	2.030.689	2.168.454	137.765

4.3.8 Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o Exe rcício de 2015

A taxa de juros de 5,76% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 nov. 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 615, de 24 nov. de 2014.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano de Benefícios da Fundação resultou em 13,9 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 5,76% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico elaborado pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda, a qual resultou em uma projeção de taxa de retorno real de 6,06%, superior ao teto da taxa parâmetro apurada pela duration da Fibra, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros parâmetro de 5,76% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro/2015.

O impacto da adoção da taxa de juros de 5,76% em 2015 em substituição a 5,68% reduziu as provisões matemáticas em R\$ 38.738 mil.

5 Exigível Operacional

	2015	2014
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar - Provisões	752	989
Recursos Antecipados	11	25
Retenções a recolher	5.016	3.722
Total Gestão Previdencial	5.779	4.736
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar	906	804
Retenções a recolher - Impostos a Recolher	284	109
Tributos a Recolher	66	70
Total Gestão Administrativa	1.256	983
Investimentos		
Fundos de investimentos - Renda Fixa	31	345
Investimentos Imobiliários	2	-
Outras exigibilidades - honorários advocatícios	4.094	3.617
Total de investimentos	4.127	3.962

O valor de honorários advocatícios de R\$ 4.094 (R\$ 3.617 em 2014), provisionado no balanço de 2015 em “Outras Exigibilidades” dos Investimentos, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal, referentes às LFT-AL.

6 Exigível contingencial

6.1 Exigível contingencial - Investimentos

Imposto de Renda - IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

• Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

• Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.

• Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado im-

procedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à

anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Fibra. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, a qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- (i) pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- (ii) pela não adesão ao REFIS; e
- (iii) pela não desistência da ação.

Em 23 abr. 2014 a Fibra foi comunicada da decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que negou provimento ao Recurso Especial, e informando da insuficiência dos valores depositados judicialmente para cobrir todos os lançamentos do Auto de Infração complementar emitido pela Receita Federal, pelo fato de terem sido incluídos os juros neste auto de infração.

Com a decisão desfavorável a Fibra, por meio do escritório de advocacia responsável, protocolou Embargos de Declaração, alegando contradição e erro material na decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os embargos foram rejeitados, e em 08 ago. 2014, tendo a Fibra recebido a Intimação nº 727/2014 da Receita Federal do Brasil para em 30 dias recolher o valor adicional, ou apresentar medidas que suspendessem a cobrança. Não cabiam mais recursos administrativos à decisão, a Fibra deveria, no prazo de 30 dias, pagar ou depositar judicialmente R\$ 43 milhões, em adição ao depósito judicial dos valores feitos em 2002. Na intimação, o Fisco concluiu que os valores depositados teriam sido suficientes para cobrir somente os fatos geradores até junho/2000, ficando os fatos posteriores em aberto, sujeitos aos juros e à multa de mora, constante na Intimação.

Como a estratégia jurídica em curso no ano de 2002 estava limitada aos valores já depositados judicialmente àquela época, as perspectivas jurídicas eram otimistas, em face da inexistência de jurisprudência. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vinha oferecendo incentivos para quitação de tributos, com efeitos similares ao da adesão à anistia, por meio de adesão ao REFIS.

A adesão ao REFIS não vinha sendo considerada atrativa, em função da avaliação jurídica e financeira dos riscos financeiros envolvidos e das chances de sucesso nos âmbitos administrativo e judicial, porém o risco jurídico se elevou ao longo dos últimos anos, em função das sucessivas decisões desfavoráveis nos âmbitos administrativo e judicial e o risco financeiro também se elevou, ultrapassando o valor depositado em 2002, especialmente em função da recente exigência de depósito adicional constante na Intimação da Receita Federal de 08 ago. 2014, no valor de R\$ 43 milhões.

Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou a adesão ao REFIS, por meio da RCD 010, de 18 de agosto de 2014, cujos efeitos e posição atual dos débitos, estão a seguir demonstrados:

	2015	2014
Provisões Acumuladas atualizadas		
IRRF anistia	86.476	82.873
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuadas	46.095	46.095
Provisões Complementares	48.204	48.204
Pagamento REFIS à vista	(28.730)	(28.730)
Ganho com o REFIS (reversão da provisão)	(28.736)	(28.736)
Atualização da provisão após REFIS	4.906	1.303
IRRF RET	21.333	20.251
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	12.716	11.634
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	107.809	103.124
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(127.029)	(118.722)
Provisões Líquidas para IRRF	(19.220)	(15.598)

6.2 Exigível Contingencial - Gestão Previdencial

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador ITAIPU Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e consequentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador ITAIPU, foi expedida pelo Diretor Jurídico da ITAIPU a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

O resultado dos trabalhos conjuntos entre o Patrocinador ITAIPU e a Fundação, no ano de 2012, resultaram no recebimento pela Fundação de R\$ 4.672, relativos ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora ITAIPU, sendo que R\$ 3.272, foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista; e R\$ 561, para efetuar depósito judicial.

Os estudos foram aprofundados em 2013 e resultaram no provisionado de R\$ 1.822, cujo valor foi registrado no Exigível Contingencial da Fundação (aumento do compromisso com os assistidos) e também em seu Ativo Realizável Previdencial (direito assegurado, pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios). Para o Patrocinador ITAIPU os reflexos contábeis resultaram no registro contábil, do mesmo valor, em seu Passivo.

Nos termos previstos no § 1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios a Fibra encaminhou a correspondência E/DS/044/2015, de 27 mai. 2015, na qual submeteu à análise da diretoria jurídica da ITAIPU, os valores correspondentes a três revisões administrativas promo-

vidas pelo patrocinador para se evitar passivos trabalhistas futuros, as quais alteraram a remuneração de três grupos de empregados, sendo:

Adicional de Insalubridade (instituído no ACT 2012/2013, Cláusula 80) = R\$ 2.070;

Adicional de Periculosidade para Agentes de Segurança (instituído via Termo Aditivo nº 03 do ACT 2013/2015) = R\$ 4.416; e

Adicional de Periculosidade para Bombeiros (instituído em decorrência da ação coletiva nº 03243-2010-303-09-00-9 via Termo Aditivo nº 01 do ACT 2013/2015) = R\$ 1.848.

Como estas demandas estavam enquadradas na previsão Regulamentar, foram solicitadas providências de Itaipu para fins de ressarcimento de R\$ 8.334 (data base de mai/2015), composto pelos valores mencionados e que foram respaldados por pareceres atuariais.

A Itaipu, em 13 jul. 2015, procedeu ao pagamento de R\$ 8.334, e, em 31.ago. 2015, de complemento relativo a correção de R\$ 147.

Durante o exercício de 2015, as provisões foram atualizadas e foram incluídos os novos depósitos judiciais/recursais.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais/recursais efetuados, relativos às provisões da gestão contingencial, estão a seguir demonstrados:

Descrição	2015	2014
Exigível contingencial - gestão previdencial		
1) Passivo provisões	4.990	6.192
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento	760	1.040
Ações judiciais com cobertura de Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	588	1.587
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 - ITAIPU	1.822	1.824
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	1.820	1.741
2) Ativo - Depósitos Judiciais/Recursais e ativo de contrapartida	2.410	3.411
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	588	1.587
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 - ITAIPU	1.822	1.824
Provisões líquidas da gestão previdencial	2.580	2.781

6.3 Exigível contingencial - Gestão administrativa

6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS

O Supremo Tribunal Federal - STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários não se enquadra no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

A partir de 1º janeiro de 2015, de acordo com o entendimento da consultoria JCMB com a alteração feita pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou a legislação tributária das Pessoas Jurídicas, a ação judicial que a Fibra movia pleiteando o não recolhimento das contribuições para o PIS/COFINS perdeu objeto. Com isso, a partir da competência de janeiro de 2015, a Fibra passou a recolher as contribuições para PIS/COFINS normalmente, e não por via de depósitos judiciais. A nova legislação prevê a cobrança dessas contribuições sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços, que não é praticada por fundos de pensão.

Sendo assim, a consultoria JCMB, orientou a Fibra a não mais realizar depósito judicial das contribuições para o PIS/COFINS e passar a recolher a partir da competência de janeiro de 2015 (vencimento em 20/02/2015), diretamente à Receita Federal do Brasil, mantendo-se a mesma base de cálculo anteriormente utilizada.

Quanto aos valores já depositados, persiste a discussão judicial em torno da legitimidade da cobrança das contribuições.

6.3.2 Composição das Provisões e Depósitos Judiciais do PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2015	2014
Provisões acumuladas		
COFINS	4.616	4.142
PIS	750	673
Subtotal das provisões acumuladas	5.366	4.815
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(5.366)	(4.815)
Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA	-	-

7 Exigível Atuarial

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2015, e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

	2015	2014
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	2.333.590	1.963.628
Benefícios definidos	2.333.590	1.963.628
Benefícios a Conceder	990.741	905.389
Benefícios definidos	990.741	905.389
(-) Provisões Matemáticas a Constituir - Serviços passados	(48.132)	(46.834)
Reservas a amortizar	(48.132)	(46.834)
Total de Provisões Matemáticas	3.276.199	2.822.183

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2015	2014
No início do exercício	2.822.183	2.614.275
Constituição no exercício	454.016	207.908
Saldo no final do exercício	3.276.199	2.822.183

8 Equilíbrio Técnico

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 308.018, sendo que em 31 de dezembro de 2014, a posição deficitária era de R\$ 122.437.

A evolução do resultado técnico acumulado do exercício de 2014 para o exercício de 2015 está a seguir demonstrada:

Evolução do Resultado Técnico acumulado do exercício de 2014 para o exercício de 2015

item	Descrição	Valor
A	Evolução do Resultado Contábil	
1	Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2014 (Déficit Técnico)	(122.437)
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2014 para 31/12/2015 pela meta atuarial	(20.508)
3	Redução das Provisões Matemáticas decorrente do aumento da Taxa Real de Juros de 5,68% ao ano para 5,76% ao ano (com base na Resolução CNPC 15/2014)	38.738
4	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Composição de família de pensionistas	(129.829)
5	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do fator de capacidade dos benefícios para 97,37%	6.869
6	Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente	4.231
7	Impacto dos aumentos/reduções apresentados descritos nos itens anteriores	(100.499)
8	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2015 com IPCA-IBGE um mês defasado	(79.545)
9	Diferença entre utilização do IPCA defasado em um mês para IPCA sem defasagem, no cálculo da rentabilidade prevista	(5.537)
10	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2015	(85.082)
11	Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2015 (Déficit Técnico)	(308.018)
B	Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	
12	Equilíbrio Técnico Contábil	(308.018)
13	Ajuste de precificação - Resoluções CNPC 16/2014 (Nota Explicativa 4.3.7)	137.765
14	Equilíbrio Técnico Ajustado (12 + 13) - demonstrado na DAL (Resolução CNPC 16/2014)	(170.253)

9 Fundos - Gestão administrativa

O Fundo Administrativo foi constituído por meio da RDE nº 243/1997, de 12 dez.1997 da ITAIPU Binacional, e, ao longo dos 17 anos de sua criação a Fibra vem gerindo com eficácia seus gastos, sendo possível manter o total de Despesas Administrativas dentro dos limites das Receitas Administrativas.

Em fevereiro de 2015 foi submetido ao Conselho Deliberativo, que, por delegação da patrocinadora Itaipu Binacional, e aprovada a alteração no Regulamento do PGA, o qual estabeleceu critérios objetivos e quantitativos relativos ao saldo do fundo administrativo. A aplicação destes critérios resultou na reversão de R\$ 23.320 do Fundo Administrativo ao Plano Previdencial em 2014.

Em 2015, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 8.190, conforme demonstrado a seguir.

A constituição do Fundo Administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2015	2014
Fundo administrativo permanente	659	674
Saldo inicial	674	645
Constituição/Reversão	15	29
Fundo administrativo financeiro	7.531	5.964
Saldo anterior	5.964	24.614
Custeio administrativo do exercício	13.961	13.185
Despesas administrativas do exercício	(14.029)	(11.928)
Remuneração do fundo	1.619	3.442
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	16	(29)
Reversão de parte do Fundo para o Plano de Benefícios	-	(23.320)
Saldo dos fundos da gestão administrativa	8.190	6.638

10 Outras Contratações com o Patrocinador - ITAIPU - Rescisão de Dação em Pagamento - Plano BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU, relativa ao Plano de Benefícios, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por ITAIPU em 230 parcelas. Em 2015 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste em 2015 foi de R\$ 2.738 (R\$ 3.836 em 2014). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 86 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador - Rescisão da Dação em Pagamento

Saldo em 31 de dezembro de 2014	84.883
(-) 12 parcelas recebidas em 2015	(17.096)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2015	13.294
(+) Valor do ajuste atuarial de 2015	2.738
= saldo em 31/12/15	83.819

Edmilson Ricardo
Contador
CRC PR 033.375/0-8

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor
Superintendente

Denyse Gubert Rocha
Diretora de Administração
e Processos

Flório Medeiros da Costa
Diretor de
Seguridade

PARECER ATUARIAL

1. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1.1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas na Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo total de 28,46% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	2014		2015	
	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista
Aposentadorias	21,76%	21,95%	21,15%	21,33%
Invalidez	0,87%	0,88%	0,83%	0,84%
Pensão por morte	2,47%	2,50%	3,00%	3,03%
Auxílio-doença	-	-	-	-
Pecúlio por morte	-	-	-	-
Resgates	0,06%	0,06%	0,05%	0,05%
Outros Benefícios (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
Outros Benefícios (Devolução Contribuição Designado)	-	-	0,35%	0,35%
Outros Benefícios (Benef. Esp. Temporário p/Morte)	0,07%	0,07%	0,08%	0,08%
Subtotal - Custo Normal (1)	25,25%	25,48%	25,47%	25,69%
Suplementar	2,32%	2,32%	2,32%	2,32%
Jóias	0,53%	0,53%	0,45%	0,45%
Subtotal (2)	2,85%	2,85%	2,77%	2,77%
Total (1)+(2)	28,10%	28,33%	28,24%	28,46%
Custo Administrativo		*1		*1

*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistentes, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 41,40 anos, desconsiderando os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2015 foi de 42,70 anos (base nov/15).

1.2) O custo total reavaliado de 28,46% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	11,01% *1	11,14% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% *2	15,00% *2
Subtotal	26,01%	26,14%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	28,33%	28,46%
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

*1 Inclui a contribuição Normal mais a Joia Atuarial: 10,69% + 0,45% = 11,14%, sendo 0,45% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

*2 Não está incluído a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Pura vigente (que não inclui sobrecarga administrativa) de 26,14% da folha do Salário Real de Contribuição é superior ao Custo Normal Puro Reavaliado (que também não inclui sobrecarga administrativa) de 25,47%, atuarialmente reavaliado, sem aplicação do ajuste no custo de 0,22%+ joia de 0,45%, que corresponde à diferença entre os esses dois custos. Tal fato significa que a Contribuição Pura, que vem sendo praticada, é superior ao Custo Normal apresentado no quadro do item anterior.

2. Variação das provisões matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

2.1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) ao final do ano de 2014 e ao final do ano 2015 é a seguinte:

Referência	Valores em R\$ MIL		
	2014	2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.963.628	2.333.590	18,84%
Provisão de Benefícios a Conceder	905.389	990.741	9,43%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-46.834	-48.132	2,77%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	2.822.183	3.276.199	16,09%

*1: A ser amortizada pelo pagamento dos Patrocinadores, da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial, a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 147 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2016, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

3. Principais riscos atuariais:

3.1) O Plano apresentou um Déficit Técnico Contábil de R\$(308.018.218,76). Aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos, previsto nas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, o Plano permanece deficitário, porém em R\$(170.253.038,49).

3.2) Em relação à hipótese de Taxa Real de Juros, a mesma foi alterada de 5,68% aa para 5,76% aa, considerando os estudos elaborados pela Mercer que estimou a rentabilidade líquida (TIR) em 6,06% aa. Então, baseado na “duration” do passivo do plano de 13,9 anos, estabeleceu-se que a taxa real de juros a ser adotada para avaliação atuarial do Plano, em 31/12/2015, será igual a 5,76% aa (taxa referência de 5,36%+0,4%), calculada com base na Resolução CGPC 18/2006, ou seja, acima da atual taxa de 5,68% aa. Esta mudança reduziu o passivo do Plano em R\$38.738.400,95.

3.3) O Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo foi alterado em 2015, de 97,58% (adotado em 2014), para 97,37%. A alteração levou em consideração o estudo da Mercer, baseado nos cenários da consultoria Tendências (mesma previsão utilizada no estudo de ALM), que apontou um IPCA-IBGE médio de 4,92%, ao longo dos próximos 10 anos. Esta mudança reduziu o passivo do Plano em R\$6.869.393,32.

3.4) Em relação à composição familiar, adotou-se a premissa de Família Média, obtida pela experiência do Plano, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos. Para os aposentados e pensionistas, adotou-se a Família Efetiva. Estas mudanças oneraram o passivo do Plano em R\$129.829.153,64.

3.5) Com relação às demais hipóteses atuariais não se verificou a necessidade de alterações.

3.6) Tomando por base o Patrimônio de Cobertura do Plano ao final de 2014 e de 2015 (sem o ajuste de precificação de títulos públicos), utilizando o método da Taxa Interna de Retorno-TIR, a rentabilidade nominal líquida das aplicações financeiras deste Plano foi de 13,78% e, utilizando o sistema de cotas, foi de 13,48%, o que representou uma taxa de juros real de 2,98% aa (com base na TIR) e de 2,72% aa (com base no sistema de cotas), comparada aos 10,48% correspondentes à inflação IPCA-IBGE, acumulada de jan a dez/2015, aplicado com um mês de defasagem.

NOTA: Considerando a variação do IPCA-IBGE de jan a dez/2015, de 10,67%, sem qualquer defasagem, obteve-se uma rentabilidade real de 2,80% aa, (com base na TIR) e 2,54% aa (com base no sistema de cotas).

3.7) Finalmente, um ponto relevante envolvendo Riscos Atuariais, decorre do fato de que desde o ano de 2006 (exceto 2011 e 2015), o Patrocinador concedeu reajustes acima da inflação na Tabela Salarial. Como os Benefícios dos assistidos e o Salário Real de Benefício tomam por base esses reajustes, ocorreu um aumento nos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder não previsto e, que sendo coberto pela rentabilidade acima da Meta Atuarial (inflação IPCA-IBGE) acrescida da Hipótese de juros reais, situação que pode não continuar ocorrendo e, desta forma, caso a prática de reajuste acima da inflação perseverar, torna-se necessário prever uma fonte perene de custeio, por exemplo, o Patrocinador assumir a cobertura dos aumentos nas Provisões Matemáticas decorrente desses reajustes, pois desde a sua criação, o Plano não previu a hipótese de aumento real do benefício, e tal inclusão, neste momento, representaria

um expressivo impacto no Plano de Custeio, sem que haja uma efetiva garantia de no futuro o Patrocinador continuar a incorporar ganhos reais a sua Tabela Salarial.

4. Soluções para Insuficiência de Cobertura:

A Contribuição Pura vigente mostra-se suficiente para dar cobertura ao custo normal, atuarialmente reavaliado, do Plano.

5. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como: Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, Provisão Matemática a Constituir e Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais aqui descritas, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item III da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/2885/2015) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida na D.A..

6. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos previdenciais:

Não existe fundo previdencial para este Plano.

7. Variação do Resultado no Exercício Encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Neste contexto, a evolução do Resultado Acumulado (Contábil) de R\$(122.437) mil apurado em 31/12/2014 para o Resultado Acumulado (Contábil) apurado em 31/12/2015 de R\$(308.018) mil, está, a seguir, apresentada:

1	Equilíbrio Técnico, registrado contabilmente em 31/12/2014	R\$ (122.437) mil
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2014 para 31/12/2015 pela meta atuarial	R\$ (20.508) mil
3	Redução das Provisões Matemáticas decorrente do aumento da Taxa Real de Juros de 5,68% ao ano para 5,76% ao ano (com base na Resolução CNPC 15/2014).	R\$ 38.738 mil
4	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Composição de família de pensionistas.	R\$ (129.829) mil
5	Redução das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do fator de capacidade dos benefícios para 97,37%	R\$ 6.869 mil
6	Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente.	R\$ 4.231 ^(*)
7	Impacto nas Provisões Matemáticas decorrente das situações refletidas nos itens anteriores.	R\$ (100.499) mil
8	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2015 com IPCA-IBGE um mês defasado	R\$ (79.545) mil

9	Diferença entre utilização do IPCA defasado em um mês para IPCA sem defasagem, no cálculo da rentabilidade prevista.	R\$ (5.537) mil
10	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2015.	R\$ (85.082) ^{(*)2}
11	Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2015.	R\$ (308.018) ^{(*)3}

(*)1 Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano. Correspondente a apenas 0,13% do total das Provisões Matemáticas avaliadas, em 31/12/2015, em R\$ 3.276.199 mil, estando incluídos nesses Outros Ganhos / (Perdas) o efeito da utilização do IPCA defasado em um mês para o IPCA se defasagem, apresentado no numeral (9).

(*)2 Igual a R\$ 2.968.181.236,05 (Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2015) menos R\$ 3.053.262.968,44 (Patrimônio de Cobertura do Plano do Ano de 2014, evoluído para o final de 2015 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2015 - IPCA-IBGE sem defasagem + taxa de juros), igual a R\$ -85.082 mil.

Considerando o Patrimônio de Cobertura evoluindo a meta atuarial com IPCA-IBGE com um mês de defasagem + taxa de juros, a diferença entre a rentabilidade do Patrimônio de Cobertura obtida e esperada é de R\$ -79.545 mil.

(*)3 O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, em 31/12/2015, é de R\$(308.018) mil, porém mesmo levando-se em consideração a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 197/2015), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31/12/2015, permanece deficitária em R\$(170.253) mil.

OBSERVAÇÃO: O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja, a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

8. Natureza Conjuntural ou Estrutural do Resultado Acumulado:

O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, em 31/12/2015, é de R\$(308.018) mil, porém mesmo levando-se em consideração a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 197/2015), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31/12/2015, permanece deficitária em R\$(170.253) mil. Tal situação atuarial deficitária indica não existir ao final de 2015, necessidade de equacionamento, pois a relação entre o Resultado Técnico Acumulado considerando o ajuste de Precificação, e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$(170.253) mil/ (R\$3.276.199) mil, cujo resultado é 5,2%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, sendo inferior a 9,7% (“duration”de 13,7 – 4), que é o limite estabelecido pela legislação, para que seja necessário equacionar o déficit existente no Plano.

9. Soluções para Equacionamento de Déficit:

Não há a necessidade de equacionar o déficit existente no Plano em 31/12/2015, considerando que a relação entre o Resultado Técnico Acumulado (já considerando o ajuste de Precificação) e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$(170.253) mil / R\$ (3.276.199) mil, cujo resultado é 5,2%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, ou seja, é inferior a 9,7% ("duration" de 13,7 – 4), que é o limite estabelecido pela legislação.

10. Adequação dos Métodos de Financiamento aplicados no caso do Regime Financeiro de Capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte é o de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado à legislação vigente.

Os benefícios de auxílio funeral e devolução de contribuição a designado são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão simples, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios de auxílio reclusão e benefício especial temporário por morte são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão capital de cobertura, em conformidade com a legislação vigente.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2016

José Roberto Montello

Atuário MIBA 426

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA | Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaipu- BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk

Contador CRC PR-049038/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2015, das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e da Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios, bem como dos atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2015, embasados, ainda, nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e dos Auditores Independentes KPMG, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA ABREU DE AGUIAR BUERGER - Presidente
VIVIANE APARECIDA DA SILVA - Conselheira
ADRIANA MOREIRA - Conselheira

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa KPMG Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2015.

Curitiba, 11 de março de 2016.

JOÃO EMILIO CORRÊA DA SILVA DE MENDONÇA - Presidente
ERON MARCIO NYZNYK - Conselheiro
SAULO ASSUMPÇÃO - Conselheiro
ARIEL DA SILVEIRA - Conselheiro
ROSIMERI FAUTH RAMADAS MARTINS - Conselheira
LAERTI ALVES QUADRADO - Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da FIBRA é realizada internamente pela própria FIBRA e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da FIBRA e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2016 a 12/2016	IPCA	5,76%

Alocação dos Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	74,00%	92,50%	83,00%
Renda Variável	1,00%	10,00%	5,50%
Imóveis	2,50%	4,00%	3,00%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	3,00%	2,50%
Investimentos Estruturados	1,00%	5,00%	3,00%
Investimentos no Exterior	1,00%	4,00%	3,00%

* **Alocação/Derivativos** - Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras de Renda Variável e Private Equity serão considerados conjuntamente sendo o seu ponto ótimo em 8,50% conforme quadro abaixo:

Segmento	Classe	Mín	Ponto Ótimo	Máx
Renda Variável	Ibovespa	2,00%	8,50%	15,00%
	Valor			
	Dividendos			
	Small Caps			
Estruturados	Private Equity			

No caso de Private Equity o valor máximo a ser aplicado não ultrapassará o limite previsto de 5%, mas o limite máximo em Renda Variável poderá ultrapassar 10%, desde que somado ao Private Equity este limite seja inferior a 15%.

Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2016, no estudo de ALM, foram:

Selic: 5,64% a.a.	IPCA: 7,03%a.a.
Ibovespa: 2,43%a.a	Crédito+Prêmio: IMA-B 5+0,80%a.a.

As taxas representam a rentabilidade real, descontada a inflação projetada para os anos futuros.

Índice de Referência (benchmark)

Segmentos	Metas
Renda Fixa	Curva estoque: IPCA+6,44% Curva novas entradas: IPCA+5,36% Ativa: IMA Composto
Renda Variável	Ibovespa+1%
Estruturados	Ibovespa+3,5%
Exterior	MSCI World em Reais
Imóveis	IPCA+4%
Empréstimos	IPCA+8,75%

Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (14 anos): superar IPCA + 5,76%.

Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da FIBRA, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão incluídos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da FIBRA, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR, Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Liquidez – ALM (*Asset Liability Management*), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria PFM / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistêmico – Análise de stress.

A FIBRA buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimentos.

Contratação de Gestores de Recursos

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

I - Pré-qualificação: (i) estabelecimento de valor mínimo de patrimônio dos Fundos do segmento de investimentos a ser avaliado, e definição do histórico mínimo dos respectivos Fundos Abertos, administrados pelas instituições que serão analisadas, dependendo para qual segmento será feita a seleção; e (ii) definições de quais gestores poderão participar da seleção, utilizando-se os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

II - análise de indicadores de desempenho: definição dos indicadores de performance para análise de desempenho dos fundos pré-qualificados, privilegiando os índices de retorno ajustado por risco.

III - análise da carteira dos fundos qualificados no item II: (i) estudo da concentração da carteira do fundo: setor, segmento, ativo, emissor; (ii) identificação do grau de alavancagem dos fundos; (iii) análise da concentração de recursos em um único emissor na carteira.

IV - solicitação de proposta técnica e comercial dos gestores classificados nas fases anteriores, com o objetivo de avaliar a capacidade do atendimento aos objetivos de gestão, pretendidos pela FIBRA, e as taxas e custos propostos.

A Política de Investimentos da FIBRA, na íntegra, está disponível no site www.fundacaoitaipu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios - BD

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006, Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº. 21 de 07/04/2008 e Instrução MPS/Previc/DC nº 13 de 12/11/2014 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 23 de fevereiro de 2016, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2015, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2015, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2014		Posição em 2015		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	% Alvo
Total das Aplicações	2.585.691.836	100,00	2.876.913.173	100,00	-	-	-
Renda Fixa	1.911.536.063	73,93	2.439.570.630	84,80	70	85	77,5
Renda Variável	390.808.865	15,11	132.790.223	4,62	7	13	11
Imóveis	86.683.710	3,35	84.920.334	2,95	2,5	4	3
Empréstimos	67.439.979	2,61	75.289.078	2,62	2	3	2,5
Estruturados	103.309.449	4,00	89.371.226	3,11	3,5	8	5
Exterior	25.898.763	1,00	54.960.922	1,91	0	2	1
Disponível em caixa	15.007	0,00	10.759	0,00	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2014	2014		Benchmark 2015	2015	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado	13,05	15,41	IMA Composto	16,84 ⁽¹⁾	7,07
Renda Variável	60% IBOV+40% IBRX-100	-3,17	-2,86	Ibovespa +1%	-11,66	-12,45
Imóveis	IPCA+5,50%a.a.	37,13	12,26	IGPM+4%	2,52	14,97
Operações c/ Participantes	IPCA+5,50%a.a.	15,59	12,26	IPCA+8,75%	20,03	20,36
Estruturados	Não se aplica	8,05	Não se aplica	Ibovespa+3,5%	-11,38	-10,28
Exterior	IPCA+5,50%a.a.	19,39	12,26	MSCI World em Reais	48,56	38,12
Rentabilidade Total	IPCA+5,50%a.a.	11,08	12,26	IPCA+5,68%a.a.	13,48⁽²⁾	16,96

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 7,44%

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 5,84%

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+5,68% a.a.)

(IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Meses (Segmento 2015)	Segmento de Renda Fixa		Segmento de Renda Variável		Segmento Estruturados		Segmento Investimentos no Exterior		Segmento de Empréstimos		Segmento de Imóveis		Total do Plano		TMA	
	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
Jan	1,17	2,26	(14,05)	(51,51)	(4,79)	(7,72)	4,89	24,84	2,60	11,76	24,02	84,46	(0,46)	(6,90)	13,05	41,33
Fev	0,14	1,47	(6,68)	(49,76)	(5,20)	(8,26)	17,47	40,20	1,87	10,86	23,24	82,95	0,03	(7,26)	13,66	42,41
Mar	0,39	0,86	(13,22)	(51,60)	(5,66)	(21,63)	29,65	52,29	2,38	10,77	22,70	80,85	(0,82)	(8,36)	14,12	43,98
Abr	0,33	1,10	(7,78)	(42,03)	(18,70)	(41,15)	22,97	45,99	2,96	11,86	22,55	80,21	(0,97)	(7,34)	14,19	44,07
Mai	(0,15)	0,57	(12,86)	(38,36)	(18,78)	(41,55)	29,07	53,34	3,43	13,39	22,12	79,28	(1,54)	(5,93)	14,52	44,61
Jun	(0,12)	0,31	(16,42)	(39,78)	(17,01)	(36,15)	22,71	46,76	2,89	12,49	21,50	77,79	(2,16)	(6,18)	14,98	45,63
Jul	(0,42)	0,20	(22,57)	(46,23)	(22,14)	(42,06)	35,13	63,38	2,62	12,91	20,77	77,28	(3,26)	(7,30)	15,70	45,89
Ago	(0,58)	(0,02)	(35,41)	(53,81)	(25,22)	(42,06)	35,93	63,75	3,24	14,00	20,49	76,86	(5,42)	(8,14)	15,68	45,61
Set	(0,20)	(0,22)	(28,52)	(58,55)	(25,20)	(42,18)	34,52	73,45	3,80	14,29	20,47	76,33	(3,25)	(8,95)	15,66	45,56
Out	(0,51)	(0,64)	(28,60)	(56,02)	(29,78)	(48,26)	44,17	83,13	3,40	13,65	19,84	75,42	(3,78)	(8,82)	16,14	45,88
Nov	(0,76)	(0,68)	(32,08)	(59,79)	(30,55)	(48,22)	32,60	84,88	2,83	12,87	19,05	74,17	(4,39)	(9,31)	16,73	46,47
Dez	(0,12)	(5,30)	(28,62)	(66,63)	(28,34)	(45,68)	31,60	90,99	3,07	12,73	(14,44)	73,28	(3,48)	(13,62)	16,96	46,71

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,68 ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		2.876.913.172,81	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	Própria	10.758,98	0,00%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		2.439.570.630,39	84,80%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	Própria	2.234.659.683,67	77,79%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		2.220.825.738,68	77,30%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO			
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		2.020.924.399,45	70,35%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		123.628.960,37	4,30%
LFT - Letra Financeira do Tesouro		76.272.378,86	2,65%
2 - TÍTULOS PRIVADOS		13.833.944,99	0,48%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		13.833.944,99	0,48%
1 - Debêntures		13.772.756,37	0,48%
Cemig GT		13.772.756,37	0,48%
2 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		61.188,62	0,00%
Banco Bradesco S/A		61.188,62	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		204.910.946,72	7,13%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		202.913.418,86	7,06%
BRZ Crédito Privado FIM	Terceirizada	7.029.575,74	0,24%
Bradesco Ref. DI Premium	Terceirizada	195.880.565,20	6,82%
FI Votorantim Institucional RF	Terceirizada	3.277,92	0,00%
2 - QUOTAS DE FIDC		1.997.527,86	0,07%
FIDC Cedae	Terceirizada	1.997.527,86	0,07%

B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		132.790.223,20	4,62%
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		132.790.223,20	4,62%
ETF Ishares PIBB11	Terceirizada	24.679.500,00	0,86%
ETF Ishares BOVA11	Terceirizada	68.157.914,00	2,37%
Sulamérica Expertise FIA	Terceirizada	12.576.093,51	0,44%
Vinci Gas Valor SmlI FIC FIA	Terceirizada	16.112.509,25	0,56%
M Square Institucional FIC FIA	Terceirizada	11.264.206,44	0,39%
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		-	0,00%
BRAM FIB FIA	Terceirizada	-	0,00%
B3 - ALUGUEL DE ETF's		-	0,00%
ETF Ishares PIBB11	Terceirizada	-	0,00%
Valores a receber	Terceirizada	-	0,00%
C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		89.371.225,99	3,11%
C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		89.371.225,99	3,11%
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	16.904.826,70	0,59%
Neo Capital Mezanino FIP	Terceirizada	7.389.382,40	0,26%
Empreendedor Brasil	Terceirizada	4.140.702,49	0,14%
FIP Terra Viva	Terceirizada	556.985,15	0,02%
Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	1.764.797,72	0,06%
Logística Brasil FIP	Terceirizada	13.334.895,60	0,46%
Patria Real Estate II Private	Terceirizada	10.594.063,46	0,37%
Pátria Special Opportunities I	Terceirizada	12.226.739,99	0,43%
Rio Bravo Energia I	Terceirizada	12.120.513,82	0,42%
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	Terceirizada	1.290.583,76	0,04%
DLM Brasil TI FIP	Terceirizada	9.047.734,90	0,31%
D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		54.960.922,23	1,91%
D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		54.960.922,23	1,91%
BB Multi BlackRock IE FI	Terceirizada	27.730.909,00	0,97%
BB Multi JPM IE FI	Terceirizada	27.230.013,23	0,95%
E - SEGMENTO DE IMÓVEIS		84.920.333,84	2,96%
E1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	Própria	5.214.835,12	0,18%
Edifício Governador Parigot de Souza		5.214.835,12	0,18%
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR			
Térreo, 5º e 9º andar			
E2 - EDIFICAÇÕES LOCALADAS À PATROCINADORA	Própria	41.387.802,38	1,44%
Edifício Governador Parigot de Souza		41.387.802,38	1,44%
Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR			
E3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	Própria	38.317.696,34	1,33%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.489.835,59	0,16%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.015.526,28	0,17%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.015.526,28	0,17%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.015.526,28	0,17%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.009.410,46	0,04%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.350.536,74	0,19%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.774.231,38	0,20%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		6.337.798,09	0,22%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro Curitiba - PR			
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		-	0,00%
Aluguéis a Receber		309.305,24	0,01%
F - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	Própria	75.289.078,18	2,62%
Empréstimos Simples		75.289.078,18	2,62%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 81.080.676,71.

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA Data: 31/12/2015

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENTA FIXA	%	RENTA VARIÁVEL	%	ESTRUTU-RADOS	%	INVESTI-MENTOS NO EXTERIOR	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	2.230.576.258,72	91,59%		-		-		-	75.289.078,18	100,00	84.920.333,84	100,00	2.390.785.670,74	83,22%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	204.910.946,72	0	132.790.223,20	48,67%	89.371.225,99	100,00%	54.960.922,23	100,00%	-	-	-	-	482.033.318,14	16,78%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	195.880.565,20			0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	195.880.565,20	6,82%
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	1.764.797,72	1,97%	-	-	-	-	-	-	1.764.797,72	0,06%
BLACKROCK BRASIL GESTORA DE INVEST. LTDA			68.157.914,00										68.157.914,00	2,37%
SULAMÉRICA	-	-	12.576.093,51	9,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	12.576.093,51	0,44%
BANCO ITAÚ S/A	-	-	24.679.500,00	18,59%	-	-	-	-	-	-	-	-	24.679.500,00	0,86%
BB DTVM			-	-	-		54.960.922,23	100,00%					54.960.922,23	1,91%
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	7.029.575,74	0,29%	-	-	17.475.598,09	19,55%	-	-	-	-	-	-	24.505.173,83	0,85%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	556.985,15	0,62%	-	-	-	-	-	-	556.985,15	0,02%
DLM INVISTA ASSET MANAGEMENT S/A	-	-	-	-	9.047.734,90	10,12%	-	-	-	-	-	-	9.047.734,90	0,31%
FIDC CEDAE 2ª SE SEN	1.997.527,86												1.997.527,86	0,07%
PATRIA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	22.820.803,45	25,53%	-	-	-	-	-	-	22.820.803,45	0,79%
P2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-	-	-	1.290.583,76	1,44%							1.290.583,76	0,04%
RIO BRAVO	-	-	-	-	12.120.513,82	13,56%	-	-	-	-	-	-	12.120.513,82	0,42%
NEO INVESTIMENTOS	-	-	-	-	24.294.209,10	27,18%	-	-	-	-	-	-	24.294.209,10	0,85%
ITAJUBÁ INVESTIMENTOS	-	-	11.264.206,44	8,48%	-	-	-	-	-	-	-	-	11.264.206,44	0,39%
VINCI PARTNERS INVESTIMENTOS LTDA	-	-	16.112.509,25	12,13%	-	-	-	-	-	-	-	-	16.112.509,25	0,56%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	3.277,92	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.277,92	0,00%
TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)	2.439.570.630,39	84,80%	132.790.223,20	4,62%	89.371.225,99	3,11%	54.960.922,23	1,91%	75.289.078,18	2,62%	84.920.333,84	2,96%	2.876.913.172,81	100,00%

6. RISCO DE MERCADO MÉDIO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2014		2015		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	70.039.325	3,80	88.841.345	3,90	10,00 ⁽¹⁾
Segmento de Renda Variável	28.764.911	6,73	13.026.004	6,49	30,00 ⁽¹⁾
Segmento de Estruturados	1.304.030	1,32	3.075.248	3,32	10,00 ⁽¹⁾
Carteira Consolidada	88.521.105	3,64	95.507.947	3,46	15,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2015, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. RISCO DE CRÉDITO⁽⁹⁾

Segmento de Renda Fixa	2014	2015	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	95,19%	94,24%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	4,81%	5,76%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	61.188,62	0,00
Banco Bradesco S/A	61.188,62	0,00
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	13.772.756,37	0,48
Debêntures Cemig GT	13.772.756,37	0,48
Total	13.833.944,99	0,48

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Alocação dos recursos da carteira de investimentos

Composição dos Investimentos	Posição em 2014		Posição em 2015		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	
Total das Aplicações	29.219.213,93	100,00	7.559.182,60	100,00	-	-	-
Renda Fixa	29.218.997,32	100,00	7.558.830,35	100,00	0	100	100
Disponível em caixa	216,61	0,001	352,25	0,005	0	0	0

2. Taxa mínima atuarial e rentabilidades

Segmento	Benchmark 2014	2014		Benchmark 2015	2015	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	13,11	10,81	100% CDI	13,36	13,24

3. Divergência não planejada (em relação ao CDI a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Seg- mento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
2015	Janeiro	2,35	7,71	2,35	7,71	10,91	29,86
	Fevereiro	2,26	7,30	2,26	7,30	10,95	29,95
	Março	2,10	7,20	2,10	7,20	11,25	30,24
	Abril	2,00	6,71	2,00	6,71	11,39	30,56
	Maiο	2,10	6,52	2,10	6,52	11,53	30,88
	Junho	2,11	6,48	2,11	6,48	11,80	31,43
	Julho	2,17	6,13	2,17	6,13	12,07	32,08
	Agosto	0,01	6,21	0,01	6,21	12,34	32,63
	Setembro	0,39	5,67	0,39	5,67	12,57	33,39
	Outubro	0,36	5,06	0,36	5,06	12,75	34,05
	Novembro	0,02	4,12	0,02	4,12	13,00	34,73
	Dezembro	0,13	3,72	0,13	3,72	13,23	35,57

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (CDI ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. Detalhamento dos Investimentos

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PGA	(6)	7.559.182,60	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	352,25	0,00%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		7.558.830,35	100,00%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	-	0,00%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		-	0,00%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		-	0,00%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B			0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		7.558.830,35	100,00%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		7.558.830,35	100,00%
Bradesco Referenciado DI Premium	TERCEIRIZADA	6.457.449,34	85,43%
FI Votorantim Institucional RF	TERCEIRIZADA	1.101.381,01	14,57%

5. Demonstrativo por tipo de gestão: terceirizada ou própria
Data: 31/12/2015 (Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	352,25	0,00%	352,25	0,00%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	7.558.830,35	100,00%	7.558.830,35	100,00%
Bradesco Asset Management	6.457.449,34	85,43%	6.457.449,34	85,43%
Votorantim Asset Management	1.101.381,01	14,57%	1.101.381,01	14,57%
TOTAL GERAL (% s/o total dos investimentos)	7.559.182,60	100,00%	7.559.182,60	100,00%

6. Risco de mercado mensal (21 dias úteis) - intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2014		2015		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	49.664	0,18	4.209	0,05	10,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2015, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. Risco de crédito⁽⁹⁾

Segmento de Renda Fixa	2014	2015	% Limite	Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	23,81%	63,06%		100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	61,34%	36,94%		80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	14,85%	0,00%		20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8 - Informações sobre despesas

DESCRIÇÃO	2015 Total	2014 Total
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA	14.028.893,22	11.927.907,90
Pessoal e Encargos - Pessoal Próprio	9.294.726,08	7.936.032,26
Pessoal e Encargos - Dirigentes	640.401,59	570.544,37
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	159.153,68	111.710,97
Consultoria atuarial e previdenciária	170.220,26	159.862,48
Auditoria Externa	42.428,21	40.041,94
Consultoria de Investimentos	409.692,72	208.954,06
Consultoria Informática	382.145,71	263.683,11
Despesas advocatícias	349.042,64	267.795,01
Comunicação Social	193.008,69	148.196,76
Ativo Permanente de Pequena Monta	1.892,50	561,97
Resultado alienação do Ativo Permanente	147,00	-
Consultoria de RH	144.271,09	51.579,21
Manutenção de equipamentos e software	21.459,91	18.899,02
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade e Riscos	50.979,02	31.989,28
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos.	38.503,47	19.564,44
Mensageiros, avaliação de imóveis e outras	81.804,78	65.518,97
Material de expediente	47.054,33	48.011,80
Seguros	37.162,78	37.458,93
Alugueis	274.129,28	246.090,99
Água, Luz e Telefone	30.129,67	35.789,01
Associações de Classe	84.116,38	77.923,56
Despesas de viagens	280.961,37	260.741,22
Despesas postais e telegráficas	42.826,22	46.745,54
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	66.216,94	58.031,11
Despesas legais e tributárias (PIS,COFINS , TAFIC)	973.636,82	1.028.231,24
Jornais, livros e revistas	9.192,91	8.725,14
Depreciações e Amortizações	203.589,17	185.225,51

Custos de Gestão de Investimentos

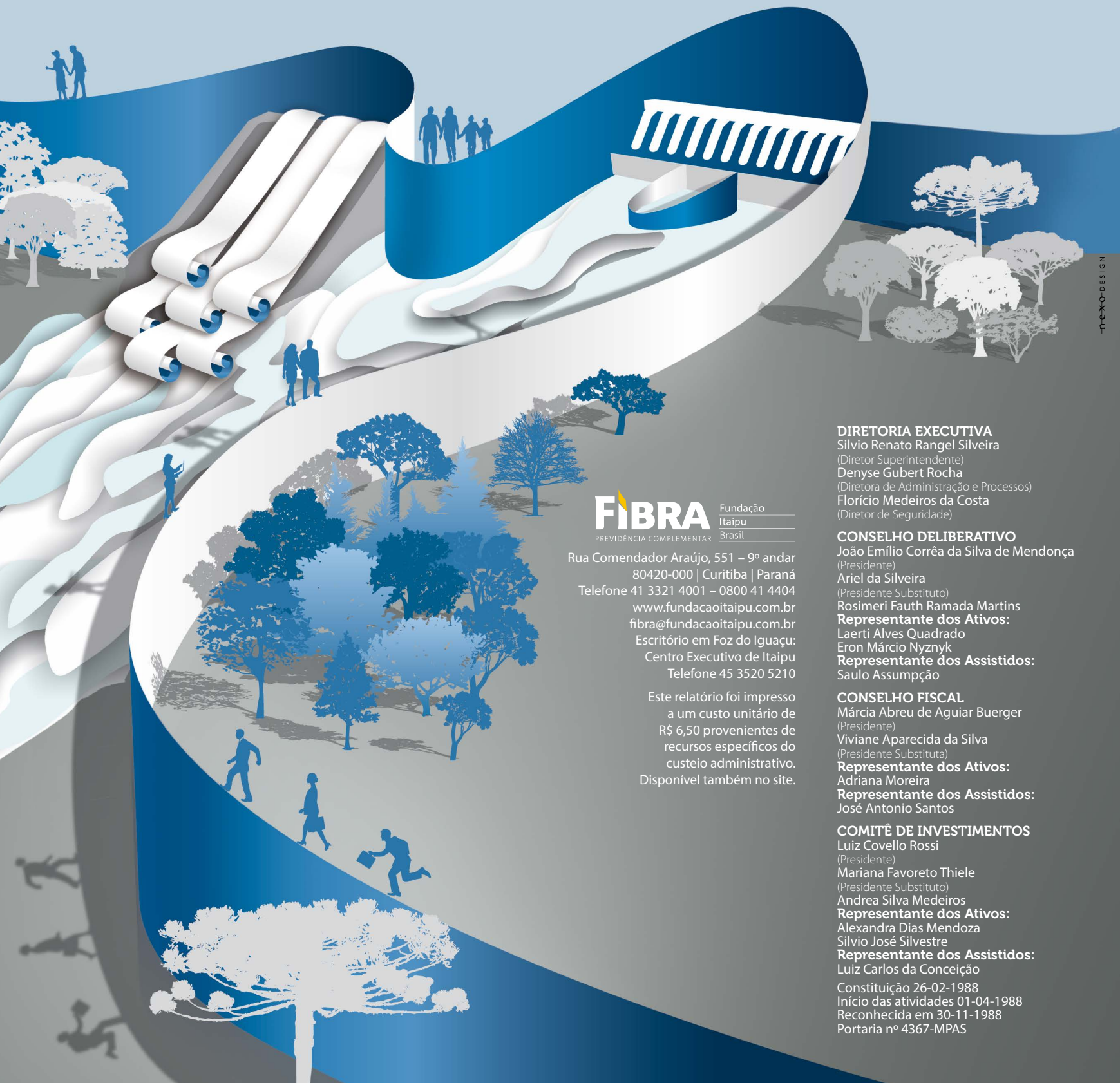
DESCRIÇÃO	2015 Total	2014 Total
1) - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.110.830,50	909.151,59
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	506.373,38	363.334,89
IPITU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	171.124,90	147.353,44
Custódia/Controladoria	344.153,20	315.189,21
SELIC, CETIP e outras	89.179,02	83.274,05
2) - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS	9.267,53	887.348,03
Auditoria Externa	-	38.355,50
Custódia/Controladoria	-	34.703,80
Corretagens	-	242.089,86
SELIC, CETIP, CBLC e outras	6.867,53	29.617,22
Taxa de Performance Fee	-	309.987,52
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	-	203.794,13
Taxa de Fiscalização da CVM	2.400,00	28.800,00
TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	1.120.098,03	1.796.499,62
TOTAL DAS DESPESAS	15.148.991,25	13.724.407,52

9 - Informações gerais

Custodiante:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela controladoria:	Banco Bradesco S.A
Responsável pela consolidação:	Banco Bradesco S.A
Responsável pelo controle do risco:	Fundação Itaipu
Responsável pela auditoria de gestão:	KPMG Auditores Independentes

10 - Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado:	Silvio Renato Rangel Silveira	Tel: 41-3321.4365
	Diretor Superintendente da FIBRA	e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br



FIBRA
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação
Itaipu
Brasil

Rua Comendador Araújo, 551 – 9º andar
80420-000 | Curitiba | Paraná
Telefone 41 3321 4001 – 0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br
Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de Itaipu
Telefone 45 3520 5210

Este relatório foi impresso
a um custo unitário de
R\$ 6,50 provenientes de
recursos específicos do
custeio administrativo.
Disponível também no site.

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
(Diretor Superintendente)
Denyse Gubert Rocha
(Diretora de Administração e Processos)
Flórcio Medeiros da Costa
(Diretor de Seguridade)

CONSELHO DELIBERATIVO

João Emílio Corrêa da Silva de Mendonça
(Presidente)
Ariel da Silveira
(Presidente Substituto)
Rosimeri Fauth Ramada Martins
Representante dos Ativos:
Laerti Alves Quadrado
Eron Márcio Nyznyk
Representante dos Assistidos:
Saulo Assumpção

CONSELHO FISCAL

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
(Presidente)
Viviane Aparecida da Silva
(Presidente Substituta)
Representante dos Ativos:
Adriana Moreira
Representante dos Assistidos:
José Antonio Santos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Luiz Covello Rossi
(Presidente)
Mariana Favoreto Thiele
(Presidente Substituto)
Andrea Silva Medeiros
Representante dos Ativos:
Alexandra Dias Mendoza
Silvio José Silvestre
Representante dos Assistidos:
Luiz Carlos da Conceição

Constituição 26-02-1988
Início das atividades 01-04-1988
Reconhecida em 30-11-1988
Portaria nº 4367-MPAS